

Plano de Contingência para desastres provocados por chuvas intensas do Estado de Mato Grosso do Sul: abordagem em Saúde Única



2025

SVS
Superintendência
de Vigilância
em Saúde

SES
Secretaria de
Estado de
Saúde



Plano de Contingência para desastres provocados por chuvas intensas do Estado de Mato Grosso do Sul: abordagem em Saúde Única

**Mato Grosso do Sul
2025**



Este trabalho está licenciado sob Creative Commons - Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0©) 2 por B. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte.

© 2025 Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul

Governo do Estado de Mato Grosso do Sul // Secretaria de Estado de Saúde (SES-MS) // Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS)

Av. do Poeta, S/N - Bloco 7 - Jardim Veraneio, Campo Grande - MS, 79031-350,

<https://www.saude.ms.gov.br/>

Governador do Estado de Mato Grosso do Sul

Eduardo Correa Riedel

Secretário de Estado de Saúde

Maurício Simões Corrêa

Secretária-adjunta de Estado de Saúde

Crhistine Cavalheiro Maymone Gonçalves

Superintendência de Vigilância em Saúde

Larissa Domingues Castilho de Arruda

Coordenadoria de Vigilância Ambiental

Karyston Adriel Machado da Costa

Coordenadoria de Saúde Única

Danila Fernanda Rodrigues Frias

Coordenadoria de Vigilância Sanitária

Carlos Alberto Nunes

Coordenadoria de Emergência em Saúde Pública

Karine Ferreira Barbosa

Laboratório Central de Saúde Pública

Luiz Henrique Ferraz Demarchi

Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica

Danielle Galindo Martins Tebet

Coordenadoria de Controle de Vetores

Mauro Lúcio Rosário

Coordenadoria de Imunização

Ana Paula Rezende Goldfinger

Coordenadoria de Saúde do Trabalhador

Maria Madalena Xavier de Almeida

Superintendência de Atenção Primária à Saúde

Karine Cavalcante da Costa

Coordenadoria de Atenção Farmacêutica

Patrícia Veiga Carrilho Olszewski

Grupo de Resgate Técnico Animal Cerrado Pantanal

Artur Henrique Leite Falcette

Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul

Diretoria de Proteção Ambiental - DPA

Ten Cel QOBM Tatiane Dias de Oliveira Inoue

Comando de Policiamento Ambiental

Cel QOPM José Carlos Rodrigues

Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil

Cel QOBM Hugo Djan Leite

Elaboração

Coordenadoria de Saúde Única

Vigedesastres Estadual

Danila Fernanda Rodrigues Frias

Paula Therezo Cannazzaro Barros

Natalia Mendonça Lopes

Rodolfo Portela Souza

Colaboração

Paula Therezo Cannazzaro Barros

Gabriela Faria Conzolino

Jacqueline dos Santos Romero

Lígia Lechner da Silva Domingos

Bruna da Silva Andrade

Serafim Magioni Júnior

Frederico Jorge Pontes de Moraes

Lívia de Mello Almeida Maziero

Grazielli Rocha de Rezende Romera

Roselene Lopes de Oliveira

Danila Fernanda Rodrigues Frias

Letícia da Silva Ferreira Ribeiro Mathias

Melissa Amin

Maria Madalena Xavier de Almeida

Carini de Souza Luciano

Carlos Alberto Nunes

Márcio Luiz de Oliveira

Marcus Vinícius Carvalhal

Gilmar Cipriano Ribeiro

Paulo Silva de Almeida

Marina Castilhos Souza Umaki Zardin

Tatiane Nantes de Almeida

Deborah Ledesma Taira

Patrícia Veiga Carrilho Olszewski

Karine Cavalcante da Costa

Anderson L. N. Holsbach

Carolina Raposo Chita

Geani Almeida

Aline Bitencourt de Oliveira Duarte

Andreliz Silva Souza

Paula Helena Santa Rita

Thyara de Deco Souza e Araujo

Leila Sabrina Ullmann

Fabiane Gonçalves de Souza

Ten Cel QOBM Tatiane Dias de Oliveira Inoue

Cel QOPM José Carlos Rodrigues

Cel QOBM Artêmison Monteiro de Barros

► Sumário

Apresentação.....	5
1 Introdução.....	6
2 Objetivos.....	7
3 Situação Epidemiológica do Território.....	9
4 Estratégia do plano de contingência para desastres provocados por chuvas intensas	14
5 Organização para resposta na situação de desastres provocados por chuvas intensas	17
6 Considerações finais.....	55
7 Referências.....	56

Apresentação

O Plano de Contingência para Desastres Provocados por Chuvas Intensas do Estado de Mato Grosso do Sul é um instrumento estratégico que visa orientar ações de preparação, resposta e mitigação dos impactos provocados por eventos hidrológicos extremos. Elaborado de forma intersetorial, o plano tem como foco a proteção das populações vulneráveis, buscando promover a resiliência comunitária e a segurança em contextos de risco.

A atuação da saúde pública diante desses desastres deve contemplar medidas preventivas, de mitigação, preparação, resposta e reabilitação, com vistas à redução dos impactos sobre a saúde da população. Nesse contexto, destaca-se o Programa Vigidesastres, instituído pela Portaria GM/MS nº 4.185/2022, que orienta estratégias para emergências em saúde pública decorrentes de desastres de origem natural e tecnológica.

Este plano adota a abordagem de Saúde Única, reconhecendo a interdependência entre a saúde humana, animal e ambiental como base para respostas eficazes e sustentáveis. Essa perspectiva é especialmente relevante em situações de inundações, enxurradas e alagamentos, nas quais os danos ultrapassam a infraestrutura física e afetam amplamente o meio ambiente e a saúde coletiva.

As doenças de veiculação hídrica, as zoonoses e a degradação ambiental figuram entre os principais desafios associados aos desastres hidrológicos. Diante disso, o presente plano propõe uma atuação integrada, que considere os múltiplos fatores de risco e as vulnerabilidades locais, a fim de garantir respostas articuladas e coordenadas.

A estrutura do documento contempla desde a identificação de áreas de risco, com base em estudos hidrológicos e registros históricos, até a definição de estratégias para atuação emergencial. A análise de vulnerabilidades leva em consideração aspectos socioeconômicos, demográficos e ambientais, fundamentais para o planejamento das ações.

As estratégias de resposta incluem ações de prevenção, monitoramento e atendimento imediato, em alinhamento com as diretrizes do Programa Vigidesastres. A articulação entre os setores de saúde pública, defesa civil, meio ambiente, agricultura e segurança é essencial para enfrentar os efeitos dos desastres de forma sistêmica e sinérgica.

Por fim, o plano estabelece um sistema de monitoramento e avaliação contínuos, permitindo ajustes e aprimoramentos conforme a evolução dos cenários de risco. Essa

capacidade de adaptação é indispensável diante dos efeitos crescentes das mudanças climáticas. Assim, com base na Saúde Única, o plano reafirma o compromisso com a proteção da saúde da população, a preservação ambiental e o fortalecimento da capacidade de resposta do estado de Mato Grosso do Sul.

► 1 Introdução

O Brasil, assim como outros países, vem enfrentando novos desafios relacionados à saúde pública (Ventura *et al.*, 2020). Recentes epidemias mostram que atividades de vigilância direcionadas à prevenção e controle de doenças, sob uma abordagem integrada e holística, são fundamentais para a manutenção do bem-estar e da qualidade de vida da população (Garcia *et al.*, 2020; Who, 2022).

As mudanças climáticas têm se intensificado nas últimas décadas, ocasionando o aumento da intensidade e frequência de eventos extremos como secas, queimadas e incêndios florestais, ondas de calor e frio, e chuvas intensas (Allan *et al.*, 2022). Além desses fenômenos naturais, destacam-se também as causas decorrentes das atividades humanas sem planejamento, como mudanças no uso do solo, assoreamento dos corpos hídricos, rápida urbanização, descarte inadequado de resíduos e ocupação de áreas de risco. Esses eventos são indutores de desastres naturais que causam impactos sociais, econômicos e ambientais negativos para a população (Freitas *et al.* 2014; Freitas, 2012).

As chuvas intensas são eventos que frequentemente levam a desastres naturais, como inundações, enxurradas e alagamentos, impactando milhares de pessoas todos os anos (Parizzi, 2022). Enchentes são os tipos de desastres naturais mais frequentes e ocorrem quando o nível da água transborda e submerge áreas normalmente secas. Estimativas indicam que 1,81 bilhão de pessoas (23% da população mundial) estão diretamente expostas a inundações que ocorrem uma vez a cada 100 anos (Rentschler *et al.*, 2022).

Esses desastres acarretam emergências em saúde pública (ESP), especialmente pela ocorrência de doenças como leptospirose, hepatite A e E, cólera, febre tifóide e dengue, além de traumas físicos e psicológicos na população exposta (Freitas *et al.*, 2024). Além dos impactos descritos, estes eventos também podem levar à recorrência de surtos de doenças zoonóticas emergentes e reemergentes, sobretudo considerando que 75% das doenças emergentes são zoonoses (Zanella, 2016; Topluoglu *et al.*, 2023).

O monitoramento de desastres naturais e antrópicos é uma prática essencial para a mitigação de seus impactos devastadores na sociedade e no meio ambiente. No Brasil, um dos sistemas mais relevantes nessa área é o Vigidesastres, uma iniciativa desenvolvida pelo Ministério da Saúde que tem como objetivo principal a vigilância de desastres, visando à prevenção, preparação, resposta e recuperação em situações de emergência (Brasil, 2024a).

Através do uso de tecnologias avançadas e da colaboração entre diferentes setores, o Vigidesastres facilita a tomada de decisões e a implementação de medidas preventivas e de resposta rápida. Essa capacidade de coordenação é crucial para reduzir os danos materiais e humanos causados por eventos como enchentes e deslizamentos (Kemmer *et al.*, 2022). Sua importância reside não apenas na capacidade de monitoramento e resposta imediata, mas também na promoção de uma sociedade mais preparada e resiliente. A continuidade e o aperfeiçoamento desse sistema são essenciais para enfrentar os desafios crescentes impostos pelas mudanças climáticas e pela urbanização desordenada (Brasil, 2024a).

Além disso, a Saúde Única reconhece que os desafios gerados em situações de Emergência em Saúde Pública, relacionados com estes desastres, podem ser superados por meio de colaboração multissetorial e transdisciplinar entre os domínios da saúde humana, animal, vegetal e dos ecossistemas (Conrad *et al.*, 2013; Di Guardo, 2023).

Neste contexto, a elaboração do Plano Estadual de Contingência para desastres provocados por chuvas intensas propõe uma atuação baseada na gestão do risco, contemplando ações de redução do risco, manejo dos desastres e recuperação dos seus efeitos conforme estabelecido no Programa Vigidesastres. Além disso, atua na articulação das agendas de mudanças climáticas e seus efeitos à saúde humana sob uma abordagem em Saúde Única que é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas contínuas e integradas, orientadas à redução de risco de desastres, uma vez que estes eventos envolvem simultaneamente processos naturais e sociais.

► 2 Objetivos

Objetivo Geral:

Estabelecer diretrizes para o estado de Mato Grosso do Sul, na atuação da gestão estratégica de riscos desde a preparação, monitoramento, resposta e recuperação das

emergências em saúde pública (ESP) decorrentes de desastres naturais do grupo hidrológicos, subgrupos inundações, enxurradas e alagamentos.

Objetivos Específicos:

1. Apoiar os municípios e a população afetada nas ESPs em decorrência de desastres naturais relacionados às chuvas intensas;
2. Contribuir na avaliação dos riscos e vulnerabilidade relacionadas à população possivelmente exposta;
3. Avaliar e orientar a efetividade da preparação e resposta dos serviços de saúde ao desastre;
4. Orientar ao uso dos recursos existentes para atender às ESPs e restabelecer a rede de Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde;
5. Estabelecer a utilização de protocolos e procedimentos comuns, no âmbito da Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde;
6. Estabelecer o Comitê Operacional de Emergência em Saúde (COE Saúde) do estado quando necessário, para gestão e coordenação das emergências em saúde pública decorrentes de desastres naturais relacionados às chuvas intensas;
7. Acionar o COE Saúde do estado, para gestão e coordenação das emergências em saúde pública decorrentes de desastres naturais relacionados às chuvas intensas;
8. Estabelecer critérios para tomada de decisão relacionada a solicitação de apoio Regional, Estadual e Federal;
9. Apoiar as equipes da Sala de Situação para subsidiar o COE Saúde em suas instâncias na resposta às emergências em saúde pública decorrentes de desastres naturais relacionados às chuvas intensas;
10. Articular junto às áreas técnicas, o fornecimento dos dados de saúde relacionados às emergências em saúde pública decorrentes de desastres naturais relacionados às chuvas intensas;
11. Elaborar análises de situação de saúde da população atingida nas emergências em saúde pública decorrentes de desastres naturais relacionados às chuvas intensas;

12. Acionar recursos adicionais (humanos, materiais, técnicos e financeiros) se necessário.

▶ 3 Situação Epidemiológica do Território

Caracterização do estado de Mato Grosso do Sul

Conforme o último censo de 2022, o estado possui uma população de 2.757.013 pessoas, resultando em uma densidade demográfica de 7,72 habitantes por quilômetro quadrado. Composto por 79 municípios, Mato Grosso do Sul ocupa uma área territorial de 357.142,082 km², dos quais 841,85 km² são urbanizados.

O estado é fronteiro com os estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná e com os países Bolívia e Paraguai.

Mato Grosso do Sul abriga uma das maiores extensões do bioma Pantanal, considerado a maior planície alagável do planeta e reconhecido como Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera pela UNESCO (UNESCO, 2000). Este bioma ocupa cerca de 15% do território estadual, concentrando-se nas regiões oeste e sudoeste, especialmente nos municípios de Corumbá, Ladário, Aquidauana, Miranda, Porto Murtinho e Coxim (MMA, 2023).

Caracteriza-se por um regime hidrológico fortemente sazonal, com ciclos de cheia e seca que moldam a paisagem, influenciam a dinâmica ecológica e determinam a biodiversidade local (ALHO; SABINO, 2012). O Pantanal abriga mais de 4.700 espécies conhecidas, incluindo mais de 650 espécies de aves, 260 de peixes, 120 de mamíferos, além de répteis, anfíbios e uma rica flora (TOMAS et al., 2019).

A fauna pantaneira é marcada por espécies emblemáticas e ameaçadas de extinção, como a onça-pintada (*Panthera onca*), o cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) e o tuiuiú (*Jabiru mycteria*), que simboliza o bioma (MORAES et al., 2017). A flora, por sua vez, reflete a confluência de influências da Amazônia, Cerrado, Chaco e Mata Atlântica, conferindo ao bioma características únicas de transição ecológica (ALHO, 2008).

O Pantanal exerce papel essencial na regulação climática e no armazenamento de água, funcionando como área natural de retenção de cheias e recarga de aquíferos (PADOVANI et al., 2004). No entanto, pressões como desmatamento, uso intensivo do fogo e alterações no regime de chuvas, têm contribuído para a degradação do bioma e aumento de sua vulnerabilidade (HARRIS et al., 2005).

As mudanças climáticas têm intensificado os extremos hidrológicos no Pantanal, com secas mais severas e chuvas mais intensas, afetando a biodiversidade e as populações humanas que dependem de seus recursos naturais (ALHO; CAMARGO, 2020). Comunidades indígenas, ribeirinhas e tradicionais vivem em estreita relação com os ciclos naturais do bioma, sendo diretamente afetadas por desastres ambientais, como alagamentos e incêndios (SILVA et al., 2021).

Dessa forma, é essencial adotar políticas públicas que promovam a conservação do Pantanal e a resiliência socioambiental de seus habitantes, por meio de estratégias integradas, intersetoriais e fundamentadas no conceito de Saúde Única (WHO, 2022).

Descrição da situação e cenários de riscos

As Chuvas intensas, são chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres (ex.: inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.).

Inundações - submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície;

Enxurradas - escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.

Alagamentos - Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e conseqüente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.

Conforme a Nota Técnica nº 1/2023/SADJ-VI/SAM/CC/PR, o estado de Mato Grosso do Sul possui 29 municípios em situação de risco para desastres naturais hidrológicos. Este cenário expõe 25.092 pessoas, ou seja, 1,3% da população do estado, que ocupam áreas de risco geo-hidrológicos (Tabela 1).

Tabela 1- Municípios em situação de risco para desastres naturais hidrológicos no estado de Mato Grosso do Sul

<i>Município</i>	<i>População Total (Censo 2022)</i>	<i>Pessoas em Áreas Mapeadas ao Risco Geo-hidrológico</i>	<i>Tipo de Risco</i>
Água Clara	16.741	-	Enxurrada, Inundação
Amambai	39.325	-	Enxurrada, Inundação
Anastácio	24.107	450	Enxurrada, Inundação
Aquidauana	46.803	2.650	Enxurrada, Inundação
Bataguassu	23.031	292	Deslizamento, Enxurrada, Inundação
Batayporã	10.712	10.000	Enxurrada, Inundação
Bela Vista	21.613	425	Enxurrada, Inundação
Bonito	23.659	512	Enxurrada, Inundação
Brasilândia	11.579	-	Enxurrada, Inundação
Campo Grande	897.938	1.232	Deslizamento, Enxurrada, Inundação
Cassilândia	20.988	-	Enxurrada, Inundação
Coronel Sapucaia	14.161	-	Deslizamento, Enxurrada, Inundação
Corumbá	96.268	1.429	Deslizamento, Enxurrada, Inundação
Coxim	32.151	1.740	Enxurrada, Inundação
Deodápolis	13.663	-	Enxurrada, Inundação
Dourados	243.368	500	Enxurrada, Inundação
Eldorado	11.386	-	Inundação
Itaquiraí	19.433	-	Enxurrada, Inundação
Ivinhema	27.821	-	Enxurrada, Inundação
Miranda	25.536	1.606	Enxurrada, Inundação
Mundo Novo	19.193	-	Deslizamento, Enxurrada, Inundação
Naviraí	50.457	-	Inundação
Nioaque	13.220	418	Enxurrada, Inundação
Ponta Porã	92.017	1.710	Enxurrada, Inundação
Porto Murtinho	12.859	650	Enxurrada, Inundação
Rio Verde de Mato Grosso	19.818	-	Enxurrada, Inundação
Santa Rita do Pardo	7.027	-	Enxurrada, Inundação
São Gabriel do Oeste	29.579	-	Deslizamento, Enxurrada, Inundação
Três Lagoas	132.152	1.478	Deslizamento

BRASIL, 2023 (adaptado)

Dentre os municípios relatados, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) indicou que cinco apresentam **Alta Suscetibilidade a Inundação** em relação a área, sendo eles Corumbá, Ladário, Dourados, Campo Grande e Ponta Porã. Os municípios de Corumbá e Ladário destacam-se por apresentarem **Alta Suscetibilidade ao Movimento de Massa**.

Efeitos das chuvas intensas sobre a saúde humana

As inundações, enxurradas e alagamentos estão entre os desastres que ocorrem com maior frequência no país, caracterizados por óbitos, e poder de impacto de grandes proporções à infraestrutura local, às habitações e às condições de vida da população exposta.

Devido a amplitude dos impactos multissetoriais oriundos deste tipo de desastre, suas consequências podem ser classificadas como: consequências ambientais; consequências sobre a saúde - mortalidade e morbidade; consequências sobre a infraestrutura, serviços e economia local (Quadro 01).

Quadro 1. Consequências de desastres naturais causados por inundações, enxurradas e alagamentos

Consequências ambientais	Contaminação da água e do solo: <ul style="list-style-type: none">● Contaminação biológica da água para o consumo humano e alimentos;● Contaminação química da água para consumo humano e solo; Comprometimento dos serviços de saneamento: <ul style="list-style-type: none">● Comprometimento da rede e fontes de abastecimento de água, serviços de coleta e tratamento de esgoto e serviços de coleta e disposição dos resíduos. Alteração nos ciclos ecológicos e exposições humanas: <ul style="list-style-type: none">● Alteração nos ciclos de vetores, hospedeiros e reservatórios de doenças e nas formas de exposições ambientais dos humanos.
Consequências sobre a saúde - mortalidade e morbidade	Doenças infecciosas e parasitárias: <ul style="list-style-type: none">● Diarreias e gastroenterites;● Cólera;● Febre tifóide;● Varíola;● Hepatites A e B;● Poliomielite;● Malária;● Febre Amarela;● Dengue;● Encefalite de St Louis;● Filariose linfática;● Leptospirose;● Esquistossomose;● Shigelose;● Escherichia coli;● Giardíase. Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas: <ul style="list-style-type: none">● Desnutrição. Transtornos mentais e do comportamento: <ul style="list-style-type: none">● Estados de estresse pós-traumático;● Transtornos de adaptação;● Transtornos não orgânicos do sono;● Insônia;● Pesadelos e memórias repetidas sobre o evento;● Amnésia;● Dificuldade de concentração;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Irritabilidade e raiva; ● Fobias, ansiedade e pânico, depressão, perda do apetite, fadiga e tontura; ● Abuso do consumo de álcool e medicamentos; ● Transtornos comportamentais e emocionais durante a infância. <p>Doenças do olho:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Conjuntivites. <p>Doenças do aparelho circulatório:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Pressão arterial alta; <p>Doenças do aparelho respiratório:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Rinite alérgica; ● Infecções respiratórias agudas; ● Sinusite; ● Asma; ● Infecções pulmonares; ● Síndrome da Poeira Orgânica Tóxica; ● Laringite. <p>Doenças da pele e do tecido subcutâneo</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Dermatites e erupções cutâneas. <p>Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Distensões musculares. <p>Doenças do aparelho geniturinário:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Infecções renais. <p>Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Asfixia; ● Intoxicações e envenenamentos; ● Hipotermia; ● Lesões, traumatismos, cortes, lacerações e ferimentos; <p>Causas externas de morbidade e mortalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Violência doméstica; ● Choques elétricos; ● Afogamentos; ● Quedas.
<p>Consequências sobre a infraestrutura, serviços e economia local</p>	<p>Consequências sobre infraestrutura local:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Interrupção total ou parcial de pontes, ruas e estradas; ● Rompimento de diques de contenção; ● Rompimento de tanques de combustíveis; ● Curto circuito elétrico. <p>Consequência sobre os serviços locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Interrupção total ou parcial dos serviços de fornecimento de eletricidade, água e telecomunicações; ● Interrupção total ou parcial do funcionamento das escolas, comércio, serviços funerários e de saúde. <p>Prejuízos econômicos e perdas materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Comprometimento total ou parcial de atividades agropecuárias; ● Prejuízos econômicos pela destruição total ou parcial de propriedades, casas e construções; ● Prejuízos econômicos pela destruição total ou parcial das fontes de renda e trabalho; ● Perdas de bens pessoais e de valor sentimental. <p>Rompimento ou fortalecimento das relações sociais:</p>

- Rompimento ou fortalecimento da amizade, cooperação e laços afetivos entre membros de uma comunidade exposta.

Adaptado de Freitas *et al.*, (2014).

► 4 Estratégia do plano de contingência para desastres provocados por chuvas intensas

Estágios operacionais

A implementação do Plano Estadual de Contingência para desastres provocados por chuvas intensas será conforme orientado no “Guia para Elaboração de Planos de Contingência” (Brasil, 2024b), que estabelece cinco estágios operacionais, combinado com indicadores de saúde, ambientais e socioeconômicos.

O enquadramento do Estado de Mato Grosso do Sul nos estágios operacionais, bem como o envio de alertas às áreas técnicas contempladas neste plano, referentes aos estágios e suas alterações, será de responsabilidade da equipe do Vigidesastres Estadual.

O Quadro 2 descreve os estágios operacionais, bem como os indicadores que podem ser utilizados.

Quadro 2. Estágios operacionais e indicadores

Estágio	Descrição	Indicadores
Normalidade	Ocorrência de chuvas, podendo ocorrer eventos de baixa magnitude e impacto nos serviços essenciais (saúde, abastecimento de água e energia). OU Elevação do nível de água de bacias hidrográficas próximas (municípios ou estados vizinhos) mas sem risco ou ameaça.	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de alertas de nível “Alto” ou “Muito Alto” produzidos pela CEMADEN; • Ausência de alertas de nível “Perigo” e “Grande Perigo” produzidos pelo INMET; • Ausência de rumores sobre desastres com danos humanos ou serviços essenciais; • Manutenção do nível dos principais rios do estado (Rio Piquiri/Cuiabá, Rio Paraguai, Rio Aquidauana/Miranda, Rio Taquari, Rio Aporé, Rio Pardo e Rio Dourados) dentro da normalidade segundo o boletim dos rios emitido pelo IMASUL.
Mobilização	Ocorrência de chuvas com registro de eventos de inundação/alagamento/enxurrada/movimento de massa com registro de danos humanos ou impacto direto nas estruturas do setor saúde, mas sem sobrecarga nos serviços de saúde OU Elevação do nível de água de bacias hidrográficas próximas, atingindo a cota de atenção, em função do acumulado de chuvas.	<ul style="list-style-type: none"> • Um ou mais alertas geohidrológicos de nível “Alto” vigentes publicados pelo CEMADEN; • Um ou mais alertas de nível “Perigo” produzidos pelo INMET; • Prognóstico meteorológico da CEMTEC indicando previsão de chuva entre 30 e 60 mm/h ou 50 e 100 mm/dia, ventos intensos (60-100 km/h); • Três rios em cota média de ALERTA acima permanência anual de 5% de acordo com o boletim dos rios emitido pelo IMASUL; • 10% da população ribeirinha ou de comunidades tradicionais (indígenas,

		<p>ribeirinhos, quilombolas) isoladas devido à cheia dos principais rios do estado;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 10% da população que vivem em área de risco atingidos por inundações ou movimentos de massa; • Taxa de ocupação de 10% dos leitos hospitalares e UTI por causas relacionadas ao evento (traumas, afogamentos, leptospirose e doenças diarreicas agudas); • Aumento de 10% das notificações por semana epidemiológica comparado à média histórica de alguns destes agravos: leptospirose, hepatites virais (A e E), acidentes com animais peçonhentos, doenças diarreicas agudas e afogamento.
<p>Alerta</p>	<p>Ocorrência de chuvas intensas com registro de eventos e danos humanos, indicando possível sobrecarga nos serviços de saúde instalados, podendo exceder a capacidade de resposta dos municípios e/ou DSEI</p> <p>OU</p> <p>Chuvas intensas com possibilidade de extrapolação da cota de inundação da bacia hidrográfica/rio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Um ou mais rumor verídico sobre ocorrência de desastres, como deslizamentos, alagamentos, enxurradas ou inundações; • Um ou mais relatos verídicos de danos humanos, materiais ou estruturais em unidades de saúde, como interrupção no atendimento ou danos críticos a equipamentos essenciais; • Uma ou mais alterações do nível de alertas "Alto" para "Muito Alto" vigentes publicados pelo CEMADEN; • Uma ou mais alterações do nível de alertas "Perigo" para "Grande Perigo" produzidos pelo INMET; • Prognóstico meteorológico do CEMTEC indicando piora através de Previsão de chuvas intensas (>100 mm/24h), rajadas de vento superiores a 60 km/h, e possibilidade de alagamentos ou enxurradas; • Quatro rios em cota média de ALERTA acima permanência anual de 5% de acordo com o boletim dos rios emitido pelo IMASUL; • 20% da população ribeirinha ou de comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas) isoladas devido à cheia dos principais rios do estado; • 20% da população que vivem em área de risco atingidos por inundações ou movimentos de massa; • Taxa de ocupação de 20% dos leitos hospitalares e UTI por causas relacionadas ao evento (traumas, afogamentos, leptospirose e doenças diarreicas agudas); • Aumento de 20% das notificações por semana epidemiológica comparado à média histórica de alguns destes agravos: leptospirose, hepatites virais (A e E), acidentes com animais peçonhentos, doenças diarreicas agudas e afogamento.
<p>Situação de Emergência</p>	<p>Ocorrência de chuvas intensas com registro de eventos de desastres em alguns municípios com desabrigados, desalojados, feridos, óbitos e comprometimento grave de serviços essenciais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Persistência de alertas de "Grande Perigo" (INMET), "Muito Alto" (CEMADEN), cobrindo mais de 20% do território estadual. • Solicitações simultâneas de reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública por pelo menos 10% dos municípios do estado;

	<p>OU</p> <p>Ocorrência de inundação excedendo a capacidade de resposta dos municípios e/ou DSEI e sobrecarregando a força estadual.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Mais de 30% das residências em uma localidade afetadas (alagadas, destruídas ou interditadas); ● Interrupção de vias rodoviárias ou ferroviárias estratégicas estaduais por mais de 48 horas; ● Colapso de sistemas de energia elétrica ou telecomunicações em áreas urbanas com impacto em mais de 10% da população local; ● Mais de 10% da população do município desabrigada e/ou desalojada; ● Relatos de óbitos ou desaparecimentos diretamente relacionados ao evento; ● 30% das unidades de saúde de uma região atingidas por danos estruturais e com serviços interrompidos; ● Seis rios em cota média de ALERTA acima permanência anual de 5% de acordo com o boletim dos rios emitido pelo IMASUL; ● 30% da população ribeirinha ou de comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas) isoladas devido à cheia dos principais rios do estado; ● 30% da população que vivem em área de risco atingidos por inundações ou movimentos de massa; ● Taxa de ocupação de 70% dos leitos hospitalares e UTI por causas relacionadas ao evento (traumas, afogamentos, leptospirose e doenças diarreicas agudas); ● Aumento de 30% das notificações por semana epidemiológica comparado à média histórica de alguns destes agravos: leptospirose, hepatites virais (A e E), acidentes com animais peçonhentos, doenças diarreicas agudas e afogamento.
<p>Crise</p>	<p>Ocorrência de chuvas intensas com registro de inundação/alagamento em municípios, com grande número de desabrigados, desalojados, feridos, óbitos e unidades de saúde afetadas.</p> <p>OU</p> <p>Agravamento das condições de resposta do nível estadual, gerando colapso do sistema de saúde.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Mais de 50% das unidades de saúde de uma região atingidas por danos estruturais e com serviços interrompidos; ● Colapso na gestão de recursos e insumos de saúde; ou ● Inoperância parcial ou total dos sistemas de saúde de baixa, média e alta complexidade; ou ● Colapso do sistema de saúde por falta de recursos para manejo da emergência; ● Mais de 20% da população do município desabrigada e/ou desalojada; ● Sete rios em cota média de ALERTA acima permanência anual de 5% de acordo com o boletim dos rios emitido pelo IMASUL; ● 50% da população ribeirinha ou de comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas) isoladas devido à cheia dos principais rios do estado; ● 50% da população que vivem em área de risco atingidos por inundações ou movimentos de massa; ● Taxa de ocupação de 90% dos leitos hospitalares e UTI por causas relacionadas ao evento (traumas, afogamentos, leptospirose e doenças diarreicas agudas);

		<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de 50% das notificações por semana epidemiológica comparado à média histórica de alguns destes agravos: leptospirose, hepatites virais (A e E), acidentes com animais peçonhentos, doenças diarreicas agudas e afogamento.
--	--	--

*Boletim dos rios IMASUL: <https://www.imasul.ms.gov.br/sala-de-situacao/>; CEMADEN: <https://painelalertas.cemaden.gov.br/>; INMET: <https://alertas2.inmet.gov.br/>; CEMTEC: <https://www.cemtec.ms.gov.br/previsao-climatica/>

Fonte: Brasil, 2024b

Importante ressaltar que a aplicação destes estágios operacionais pode variar de acordo com as características socioeconômicas e ambientais de cada município, gravidade e natureza do evento.

► 5 Organização para resposta na situação de desastres provocados por chuvas intensas

O conjunto das ações que constam neste Plano Estadual de Contingência para desastres provocados por chuvas intensas, envolve as seguintes áreas:

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

A. Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS)

A Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS) desempenha um papel crucial na promoção e proteção da saúde pública, com competências amplas que visam garantir a vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, além de coordenar ações de prevenção e controle de doenças.

A superintendência também é responsável por assessorar e cooperar tecnicamente com os municípios na implementação de ações, promovendo a articulação entre diferentes níveis de governo. Outra função importante da SVS é a coleta, análise e divulgação de informações sobre a situação de saúde no estado, permitindo a identificação de áreas de risco e a definição de prioridades para intervenções. A superintendência também participa do desenvolvimento e qualificação de profissionais de saúde, promovendo ações educativas e elaborando materiais informativos destinados tanto aos profissionais quanto à população em geral.

Além disso, a SVS coordena as atividades relacionadas à vigilância em saúde ambiental, incluindo o controle de vetores e a saúde do trabalhador. Ela também é responsável pela elaboração de normas técnicas e pela supervisão das atividades

desenvolvidas pelos órgãos regionais e municipais, assegurando que as diretrizes estabelecidas sejam seguidas.

A superintendência ainda fomenta o desenvolvimento de estudos e pesquisas que contribuam para o aprimoramento das práticas de vigilância em saúde, com abordagem em saúde única, além de estabelecer intercâmbio técnico-científico com instituições nacionais e internacionais.

Segue abaixo ações a serem executadas pelas Coordenadorias da SVS referentes a situações de desastres provocados por chuvas intensas.

1. Coordenadoria de Vigilância em Saúde Ambiental e Toxicológica (CVSAT)

A vigilância em saúde ambiental é o conjunto de ações e serviços que monitoram e previnem fatores de risco que afetam a saúde humana. Este campo integra conhecimento científico, formulação de políticas públicas e ações práticas, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas dentro de uma perspectiva sustentável.

Desenvolve capacitação contínua com os técnicos das secretarias municipais de saúde e equipes para fortalecer ações de prevenção e resposta a futuros desastres, articulação intra e intersetorial. Tem como objetivo, detectar e conhecer mudanças no meio ambiente que afetam a saúde humana, recomendar e implementar medidas de prevenção e promoção à saúde e controlar e prevenir doenças e agravos à saúde.

1.1 Vigilância em Saúde Ambiental dos Riscos Associados aos Desastres (VIGIDESASTRES)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none">• Estruturar da vigilância em saúde ambiental relacionada aos riscos associados de desastres - VIGIDESASTRES no estado e municípios;• Executar ações de Educação em Saúde específicas para desastres de origem natural; campanhas educativas sobre preparação, vigilância e resposta;• Identificar dos fatores de risco e das populações vulneráveis;• Elaboração do Plano de Contingência Estadual de Saúde em Desastres;• Participar do Comitê de Monitoramento de Eventos e Saúde em Desastres.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none">• Acompanhar dos informes meteorológicos sobre a previsão do tempo do Estado e municípios;• Monitorar alerta e o prognóstico de chuvas;• Articular com a Defesa Civil e outras instituições para obtenção de dados sobre as áreas consideradas vulneráveis ao risco de sofrer efeitos frente a um desastre associado à inundação;• Comunicação de riscos iminentes e medidas de proteção.

Alerta	<ul style="list-style-type: none"> • Convocar junto com CIEVS, os membros do Comitê de Monitoramento de Eventos Saúde em Desastre e definir responsabilidades dos atores envolvidos na atuação; • Articular com a Defesa Civil e outras instituições para possível ESP; • Intensificar alerta para as SMS sobre eventos em monitoramento; • Realizar articulação de Assistência humanitária; • Aumentar a frequência de coleta de dados de saúde e ambientais.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar e coordenar o COE – Comitê de Operação de Emergência sobre situação de ESP por inundação (necessidades de saúde, dados e informações de doenças e agravos); • Acionar o Plano de Contingência Estadual para chuvas intensas; • Notificar o desastre para o Vigidesastres Nacional e para o CIEVS Estadual; • Alimentar o sistema de informação da área (quando disponível); • Articular com os municípios as ações de saúde nos abrigos; • Intensificar as ações de vigilância em saúde (vigilância em saúde ambiental, vigilância sanitária, epidemiológica, saúde do trabalhador e outras); • Preparar/apoiar a elaboração do relatório executivo sobre o desastre para os gestores; • Acompanhar e monitorar os dados de doenças relacionadas as chuvas intensas; • Verificar com as áreas técnicas responsáveis, o fornecimento de água de qualidade para consumo humano; • Monitorar a situação epidemiológica de doenças transmissíveis relacionadas à chuvas intensas/inundação e outros e agravos em conjunto com as áreas técnicas (ex: acidentes com animais peçonhentos, DTSA, leptospirose); • Verificar com o município sobre capacidade da assistência farmacêutica e à saúde da população atingida por inundação e solicitar Kit de medicamentos ao Ministério da Saúde, quando necessário.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> • Participar do COE – Comitê de Operação de Emergência e apresentar a situação de Emergência em Saúde Pública - ESP; • Apoiar os municípios nas ações de saúde; • Elaborar boletim informativo diário sobre a situação de ESP em conjunto com outras áreas técnicas; • Avaliar o cenário e dimensionar o recurso adicional (material e humano) necessário no âmbito da saúde. • Mapeamento dos Danos: Avaliação detalhada das áreas afetadas, identificando danos à infraestrutura de saúde, • Reabilitação das Unidades de Saúde: Apoiar a reconstrução e/ou reparação das instalações de saúde danificadas. • Articular para o reabastecimento de medicamentos, vacinas e outros insumos necessários. • Realizar Monitoramento Continuado: Manutenção da vigilância para prevenir e controlar possíveis surtos de doenças, especialmente aquelas associadas ao desastre. • Fomentar a oferta de serviços de apoio psicológico para vítimas do desastre e trabalhadores de saúde envolvidos na resposta. • Análise Pós-Ação, revisão das ações realizadas para identificar falhas, acertos e lições aprendidas. • Atualização dos Planos de Contingência, readequação dos planos de contingência com base nas lições aprendidas durante o desastre.

1.2 Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar a qualidade da água para consumo humano; em conformidade com o padrão de potabilidade; • Monitorar o nível da captação superficial; • Capacitar dos técnicos dos municípios; • Articular a comunicação do risco ambiental com impacto na saúde humana relacionado a qualidade da água;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Implementar um plano de amostragem de controle e vigilância da qualidade da água para identificar os pontos críticos e vulneráveis do sistema; ● Apoiar o planejamento das ações emergenciais voltadas para a bacia hidrográfica e mananciais de abastecimento público das áreas afetadas; ● Articular as informações fornecidas ao Vigiágua junto ao Vigidesastres, COE Saúde e Cievs no âmbito da esfera federal; ● Avaliar a vulnerabilidade dos sistemas e soluções alternativas coletivas de abastecimento de água; ● Orientar ao prestador de serviços a realização de plano emergencial de monitoramento da qualidade da água no período crítico; ● Realizar de inspeção sanitária do sistema de abastecimento.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> ● Intensificar alerta para as secretarias municipais de saúde sobre eventos de chuvas intensas e sobre a qualidade da água para consumo humano.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificar e monitorar os potenciais fatores de risco que possam comprometer a potabilidade da água; ● Monitorar a quantidade e a qualidade da água nos abrigos; ● Verificar estoque de hipoclorito a 2,5 % e articular com a Vigilância Epidemiológica a rápida obtenção da solução desinfetante.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> ● Articular para garantir o fornecimento de água potável e segura; ● Orientar e divulgar para a população quanto ao procedimento de desinfecção caseira da água para consumo humano, limpeza e desinfecção da caixa d'água, desinfecção dos alimentos, embalagens, utensílios domésticos, pisos e etc; ● Realizar medição de cloro residual em abrigos temporários e hospitais, clínicas de hemodiálise e comunidades vulneráveis abastecidas pelo SAA.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> ● Apoiar os municípios nas ações de saúde relacionada a qualidade da água; ● Articular com instituições parceiras o desenvolvimento de ações necessárias. ● Levantar a quantidade de formas de abastecimento que foram afetadas pelos desastres, na área urbana e rural e articular com o COE Saúde; ● Articular com os prestadores de serviço de abastecimento de água para obter informações sobre as condições operacionais da prestação de serviço de abastecimento de água diante do desastre; ● Articular com a Vigilância Epidemiológica e incentivar que os municípios notifiquem alterações no comportamento das diarreias/doenças de veiculação hídrica; ● Avaliar os danos nos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Soluções Alternativas Coletivas (SAC) e Soluções Alternativas Individuais (SAI); ● Realizar de inspeção sanitária do sistema de abastecimento, do manancial e em pontos de consumo nas áreas danificadas em decorrência do desastre por inundação.

1.3 Gerência de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Monitorar o sistema do SIVEP-DDA ● Realizar ações de Educação em Saúde específicas para prevenção das DDA e demais agravos relacionados a transmissão hídrica.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> ● Revisar e atualizar os planos de contingência com base nas previsões climáticas e análises de risco para DTHA. ● Mobilizar recursos, materiais educativos para a população, distribuição de hipoclorito 2,5%; ● Início das comunicações com outras áreas para coordenar ações e garantir que todos estejam cientes da situação e das medidas preparatórias.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> ● Evitar que a população consuma água inadequada, aumentar a vigilância da qualidade da água e a detecção precoce de contaminações ● Orientar a população a não usar água da enchente para beber, cozinhar, fazer gelo, escovar os dentes, lavar roupas ou para fazer limpeza; ● Orientar a população para sempre filtrar (com filtro doméstico, coador de papel ou pano limpo) e posteriormente ferver a água durante 1 ou 2 minutos antes de beber e/ou cozinhar.

	<ul style="list-style-type: none"> • Informar a população sobre os riscos associados às chuvas intensas e inundações, incluindo medidas para prevenir doenças, como evitar o contato com água contaminada e praticar boa higiene.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar o plano de contingência, com foco na resposta rápida para prevenir a propagação de doenças diarreicas e demais agravos. • Articular para garantir o fornecimento de água potável e segura; • Distribuição de água potável em áreas afetadas. • Realizar orientação quanto a desinfecção e limpeza de áreas alagadas para reduzir a presença de patógenos e minimizar o risco de infecções. • Orientar as unidades de saúde locais para garantir que os casos suspeitos e confirmados de doenças sejam tratados adequadamente e que medidas de controle sejam implementadas.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar as condições dos abrigos, o provimento de água, instalações sanitárias, destino final adequado dos resíduos e outras ações afins. • Articulação inter e intrasetorial para garantir uma resposta eficaz à crise, com foco em controle e prevenção de surtos de doenças. • Avaliar a situação de saúde pública e monitoramento contínuo da qualidade da água e das condições de saneamento. • Continuação dos esforços de educação e suporte à população afetada, fornecendo informações sobre prevenção de doenças e recursos para cuidados médicos.

1.4 Gerência de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Contaminantes Químicos (GVPEQ)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar áreas com contaminante químicos com risco de inundação; • Identificar áreas com baixa cobertura de coleta ou com Sistema de coleta de resíduos sólidos; • Identificar sistemas de disposição final de resíduos urbanos e industriais (lixão, aterros, áreas de transbordo) que possam acarretar riscos químicos e biológicos.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar as empresas de saneamento básico que realizem de forma adequada a coleta dos resíduos sólidos, bem como a manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> • Notificar a área de limpeza urbana da prefeitura para intensificar a coleta e a disposição adequada dos resíduos sólidos.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Na existência de áreas caracterizadas por contaminação química restringir o acesso por parte da população na área afetada.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar a água para risco de contaminantes químicos (agrotóxicos, metais pesados), caso a inundação atinja áreas industriais, depósitos ou estabelecimentos comerciais que possam conter estes produtos; • Orientar a utilização de soluções alternativas de abastecimento, no caso dos mananciais utilizados terem sido contaminados por substâncias perigosas; • Monitorar em conjunto com os órgãos/instituições de meio ambiente o processo de limpeza e recuperação de áreas afetadas por produtos químicos, utilizando sempre equipamentos de proteção individual, para evitar acidentes toxicológicos. É necessário lembrar que algumas substâncias químicas reagem com a água e formam gases e vapores tóxicos, sem cor nem odor, mais densos que o ar que se acumulam nas zonas baixas, onde as pessoas respiram.

1.5 Gerência de Vigilância em Saúde de Populações Expostas à Agrotóxicos (GVSPEA)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar as notificações de intoxicação por agrotóxicos e agravos relacionados a doenças respiratórias.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar as investigações de ocorrências de intoxicação por agrotóxicos junto as Secretarias Municipais de Saúde. • Identificar e mapear as comunidades mais vulneráveis à exposição por agrotóxicos.

Alerta	<ul style="list-style-type: none"> • Articular junto às Secretarias Municipais de Saúde ações de vigilância e estabelecer prioridades para as ações de mitigação e resposta. • Divulgar informativos sobre as situações de risco. • Disponibilizar recursos técnicos e logísticos aos municípios afetados.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar junto às Secretarias Municipais de Saúde a situação da saúde da população atingida. • Reavaliar e ajustar os protocolos de resposta com base na evolução da situação. • Acionar parcerias e redes de apoio regionais e nacionais para o fornecimento de recursos e suporte técnico adicional. • Executar medidas emergenciais de contenção e descontaminação, incluindo a evacuação de áreas severamente afetadas. • Auxiliar na assistência à população afetada.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar recursos adicionais, como equipes e materiais, para as áreas de maior risco. • Estabelecer grupos de trabalho multidisciplinares para planejar e coordenar as ações. • Manter a população constantemente informada sobre a evolução da crise e as medidas de segurança a serem adotadas e dar a devida assistência. • Monitorar a saúde da população atingida a longo prazo.

1.6 Gerência Estadual de Resíduos de Serviço de Saúde (GERSS)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensionar o quantitativo de resíduos por áreas de riscos e serviços de saúde.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar as coordenações de atuação do setor saúde que serão responsáveis pelo gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> • Revisar protocolos e preparar equipamentos, materiais, veículos, insumos, folders e outros para a utilização imediata nos eventos adversos com orientações de acondicionamento, transporte e destinação final de resíduos.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar as condições dos abrigos, destinação final adequado dos resíduos e outras ações afins; • Solicitar informações do Setor de Saneamento Básico local, referentes aos cuidados com animais, destino do lixo e dejetos e outras informações.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e encaminhar solicitação à área técnica responsável do município, para apresentação de medidas voltadas para a solução/recuperação rápida da frequência da coleta de resíduos sólidos orgânicos e de serviços de saúde que tenha sofrido interrupção ou redução devido ao evento adverso; • Discutir com os setores próprios da Gestão Municipal a necessidade de implementação de serviços de coleta dos entulhos (móveis, utensílios e outros) destruídos pelas inundações; • Estabelecer com a área de limpeza urbana do município atingido, a necessidade de intensificar a coleta e a disposição adequada dos resíduos sólidos nos abrigos e áreas críticas/vulneráveis, evitando o acúmulo de lixo; • Verificar as condições de operação dos sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos e industriais (aterros sanitários, áreas de transbordo, etc), especialmente quando atingidas por inundações; • Fiscalização/orientação para o enterro de animais mortos em decorrência das inundações, em local adequado e com prioridade sobre outras situações de limpeza e remoção de lixo e entulhos, usando todo tipo de mão de obra e maquinário disponíveis.

2. Coordenadoria de Imunização (CDI)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Apoiar a divulgação e prevenção de controle da doença nos municípios. ● Acentuar aos municípios quanto ao cumprimento dos indicadores. ● Apoiar as ações de vacinação visando ampliar a proteção da população em casos de surtos. ● Emitir alertas aos municípios que apresentarem coberturas vacinais que possam apresentar riscos e possibilitar ocorrência de doença imunoprevenível. ● Monitorar a realização de bloqueio vacinal quando for necessário. ● Apoiar a intensificação da vacinação de rotina conforme as indicações do Calendário vacinal do SUS. ● Acompanhar e monitorar os registros sobre vacinação (doses aplicadas, coberturas vacinais e homogeneidade de cobertura vacinal) por meio dos sistemas de Informações do Programa nacional de Imunização PNI, para definir estratégias e apoiar a tomada de decisão. ● Acompanhar as metas vacinais de imunização. ● Monitorar e realizar comunicação de risco no que se refere à vacinação, intensificando as ações de vacinação nas áreas com baixas coberturas vacinais. ● Apoiar estratégias diferenciadas para a vacinação em áreas de difícil acesso geográfico, cultural ou sócio econômico. ● Monitorar e assessorar o atendimento dos casos de eventos adversos associados temporalmente à vacinação, com informações, assistência médica e condutas rápidas e oportunas. ● Fortalecer a implementação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização, abrangendo os subsistemas existentes e o registro nominal e por procedência. ● Intensificação das ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; ● Priorização das ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes; ● Intensificação da vacinação contra Covid-19, Influenza, Hepatite A, Tétano e Raiva, conforme as recomendações do Ministério da Saúde; ● Atualização e treinamento das equipes frente aos planos de contingência para situações de excursão de temperatura dos imunobiológicos; ● Manutenção das ações de Farmacovigilância e ESAVI.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> ● Apoiar a divulgação e prevenção de controle da doença nos municípios. ● Acentuar aos municípios quanto ao cumprimento dos indicadores. ● Apoiar as ações de vacinação visando ampliar a proteção da população em casos de surtos. ● Emitir alertas aos municípios que apresentarem coberturas vacinais que possam apresentar riscos e possibilitar ocorrência de doença imunoprevenível. ● Monitorar a realização de bloqueio vacinal quando for necessário. ● Apoiar a intensificação da vacinação de rotina conforme as indicações do Calendário vacinal do SUS. ● Acompanhar e monitorar os registros sobre vacinação (doses aplicadas, coberturas vacinais e homogeneidade de cobertura vacinal) por meio dos sistemas de Informações do Programa nacional de Imunização PNI, para definir estratégias e apoiar a tomada de decisão. ● Acompanhar as metas vacinais de imunização. ● Monitorar e realizar comunicação de risco no que se refere à vacinação, intensificando as ações de vacinação nas áreas com baixas coberturas vacinais. ● Apoiar estratégias diferenciadas para a vacinação em áreas de difícil acesso geográfico, cultural ou sócio econômico. ● Monitorar e assessorar o atendimento dos casos de eventos adversos associados temporalmente à vacinação, com informações, assistência médica e condutas rápidas e oportunas. ● Fortalecer a implementação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização, abrangendo os subsistemas existentes e o registro nominal e por procedência. ● Intensificação das ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; ● Priorização das ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Intensificação da vacinação contra Covid-19, Influenza, Hepatite A, Tétano e Raiva, conforme as recomendações do Ministério da Saúde; ● Implementação de pontos estratégicos de vacinação para ampliação do acesso de pessoas não vacinadas; ● Alocação de recursos financeiros para promoção de ações estratégicas de imunização no âmbito municipal (pontos de vacinação, extramuro, busca ativa e horários estendidos); ● Comunicação oportuna entre Município e Estado diante de situações de risco correlatas à imunização.
<p>Alerta</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Emitir alertas ao município referente às coberturas vacinais abaixo do preconizado pelo Programa Nacional de Imunização, que possam apresentar riscos à população. Ou quando houver o aumento de casos de uma doença imunoprevenível. ● Aconselhar e apoiar os municípios quanto ao cumprimento dos indicadores. ● Monitorar a realização de bloqueio vacinal quando for necessário. ● Realizar ações de atualização via web ou “In loco” aos municípios, referente aos Imunobiológicos, capacitação de Sala de Vacina e Rede de Frio. ● Contar com o apoio da mídia para divulgar a importância da vacina e o alerta à população. ● Encaminhar aos municípios Nota Técnica e Nota de Alerta, orientando as ações de prevenção e controle para interrupção de um agravo em específico. ● Apoiar o desenvolvimento de ações de vacinação para interromper a cadeia de transmissão do agravo em específico. ● Distribuir aos municípios os quantitativos ideais para as vacinas que serão usadas para as ações e campanhas de vacinação. ● Orientar os Coordenadores municipais para o acompanhamento das coberturas vacinais, eles devem realizar o controle e evitar os baixos índices. ● Apoiar a intensificação da vacinação de rotina, conforme Calendário Vacinal de vacinação. ● Assessorar as Secretarias Municipais de Saúde na avaliação das ações de vacinação desenvolvidas. ● Monitorar os registros de vacinação por meio dos sistemas de Informações do Programa Nacional de Imunização. ● Monitorar e assessorar o atendimento dos casos de eventos adversos associados temporalmente à vacinação, com informações, assistência médica e condutas rápidas e oportunas. ● Garantir estoque estratégico de insumos para situações especiais. ● Intensificação das ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; ● Priorização das ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes; ● Intensificação da vacinação contra Covid-19, Influenza, Hepatite A, Tétano e Raiva, conforme as recomendações do Ministério da Saúde; ● Implementação de pontos estratégicos de vacinação para ampliação do acesso de pessoas não vacinadas; ● Alocação de recursos financeiros para promoção de ações estratégicas de imunização no âmbito municipal (pontos de vacinação, extramuro, busca ativa e horários estendidos); ● Comunicação oportuna entre Município e Estado diante de situações de risco correlatas à imunização. ● Organizar a logística de vacinação para estabelecer os meios de transporte mais adequados ou mesmo se será possível o acesso às aldeias ou comunidades, para definir o tempo necessário para realização da atividade, além de conhecer hábitos e costumes da população, prevendo o prazo para retorno, considerando os intervalos adequados entre as doses; ● Definição do número de caixas térmicas e de bobinas de gelo reutilizável necessárias para a tarefa, baseando-se em todos os parâmetros apontados anteriormente. ● Estruturação de pontos de apoio para suprimento de bobinas de gelo congeladas, dependendo das distâncias a serem percorridas. ● Monitoramento articulado com a vigilância das Doenças hídricas e de transmissão alimentar sobre ocorrência de surtos de diarreia, com foco na ampliação da cobertura vacinal para o rotavírus humano (associação com manejo inadequado de reservatórios de água).

	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento das equipes frente aos planos de contingência para situações de excursão de temperatura dos imunobiológicos; • Manutenção das ações de Farmacovigilância e ESAVI.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Emitir alertas aos municípios que apresentarem a necessidade de intensificação de vacinação ou promoção de campanhas de vacinação. • Intensificar a emissão de alertas nas esferas municipais, tanto aos profissionais de saúde quanto à população. • Fortalecer aos municípios ações de vacinação para interromper a cadeia de transmissão do agravo que estaria gerando o surto ou a epidemia. • Contar com o apoio da mídia, rádio e outdoor para divulgação referente a importância da vacina e o alerta à população. • Aconselhar e apoiar os municípios quanto ao cumprimento dos indicadores. • Apoiar e monitorar a realização de bloqueio vacinal quando for necessário. • Realizar ações de atualização via web ou “In loco” aos municípios, referente aos Imunobiológicos, capacitação de Sala de Vacina e Rede de Frio. • Encaminhar aos municípios Nota Técnica e Nota de Alerta, orientando as ações de prevenção e controle para interrupção de um agravo em específico. • Garantir estoque estratégico de insumos para situações de emergência. • Apoiar os municípios na realização de campanhas ou intensificação de vacinação de casos emergenciais (surto e situações inusitadas) sempre que solicitado ou identificada a necessidade. • Realizar monitoramento rápido pós- campanha e emitir relatório de conclusão da situação final diante do surto/epidemia ocorrido. • Realizar reunião com os Coordenadores municipais para discutir a situação atual e apresentar estratégias de vacinação. • Intensificação das ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; • Priorização das ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes; • Intensificação da vacinação contra Covid-19, Influenza, Hepatite A, Tétano e Raiva, conforme as recomendações do Ministério da Saúde; • Implementação de pontos estratégicos de vacinação para ampliação do acesso de pessoas não vacinadas; • Alocação de recursos financeiros para promoção de ações estratégicas de imunização no âmbito municipal (pontos de vacinação, extramuro, busca ativa e horários estendidos); • Comunicação oportuna entre Município e Estado diante de situações de risco correlatas à imunização. • Organizar a logística de vacinação para estabelecer os meios de transporte mais adequados ou mesmo se será possível o acesso às aldeias ou comunidades, para definir o tempo necessário para realização da atividade, além de conhecer hábitos e costumes da população, prevendo o prazo para retorno, considerando os intervalos adequados entre as doses; • Definição do número de caixas térmicas e de bobinas de gelo reutilizável necessárias para a tarefa, baseando-se em todos os parâmetros apontados anteriormente; • Estruturação de pontos de apoio para suprimento de bobinas de gelo congeladas, dependendo das distâncias a serem percorridas; • Monitoramento articulado com a vigilância das Doenças hídricas e de transmissão alimentar sobre ocorrência de surtos de diarreia, com foco, na ampliação da cobertura vacinal para o rotavírus humano (associação com manejo inadequado de reservatórios de água); • Monitoramento de forma articulada com os serviços responsáveis acerca do abastecimento adequado de água para funcionamento das unidades de vacinação. • Treinamento das equipes frente aos planos de contingência para situações de excursão de temperatura dos imunobiológicos; • Manutenção das ações de Farmacovigilância e ESAVI.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar a emissão de alertas nas esferas municipais, tanto aos profissionais de saúde quanto à população via rádio, televisão e a mídia em geral. • Ressaltar a importância para a realização de bloqueio vacinal quando for necessário. • Realizar ações de atualização via web, “In loco” aos municípios e orientar por telefone ou convidar o Coordenador para reunião presencial caso for necessário referente às

	<p>ações de campanhas, bloqueios ou intensificação de vacinação conforme recomendações do PNI.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Encaminhar aos municípios Nota Técnica e Nota de Alerta, orientando as ações de prevenção e controle para interrupção de da doença em específico. ● Apoiar os municípios na realização de campanhas ou intensificação de vacinação de casos emergenciais (surto e situações inusitadas) sempre que solicitado ou identificada a necessidade. ● Realizar monitoramento rápido pós- campanha e emitir relatório de conclusão da situação final diante do surto/epidemia ocorrido. ● Avaliar por faixa etária as coberturas vacinais alcançadas na vacinação emergencial e nas campanhas. ● Apoiar os municípios na vacinação oportuna sempre que necessário, de acordo com a capacidade da equipe e dos colaboradores. ● Garantir estoque estratégico de insumos para situações de emergência. ● Realizar reunião com os Coordenadores municipais para discutir a situação atual e apresentar estratégias de vacinação. ● Contar com o apoio da mídia, rádio e outdoor para divulgação referente a importância da vacina e o alerta à população. ● Intensificação das ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; ● Priorização das ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes; ● Intensificação da vacinação contra Covid-19, Influenza, Hepatite A, Tétano e Raiva, conforme as recomendações do Ministério da Saúde; ● Implementação de pontos estratégicos de vacinação para ampliação do acesso de pessoas não vacinadas; ● Alocação de recursos financeiros para promoção de ações estratégicas de imunização no âmbito municipal (pontos de vacinação, extramuro, busca ativa e horários estendidos); ● Comunicação oportuna entre Município e Estado diante de situações de risco correlatas à imunização. ● Organizar a logística de vacinação para estabelecer os meios de transporte mais adequados ou mesmo se será possível o acesso às aldeias ou comunidades, para definir o tempo necessário para realização da atividade, além de conhecer hábitos e costumes da população, prevendo o prazo para retorno, considerando os intervalos adequados entre as doses; ● Definição do número de caixas térmicas e de bobinas de gelo reutilizável necessárias para a tarefa, baseando-se em todos os parâmetros apontados anteriormente; ● Estruturação de pontos de apoio para suprimento de bobinas de gelo congeladas, dependendo das distâncias a serem percorridas; ● Monitoramento articulado com a vigilância das Doenças hídricas e de transmissão alimentar sobre ocorrência de surtos de diarreia, com foco, na ampliação da cobertura vacinal para o rotavírus humano (associação com manejo inadequado de reservatórios de água); ● Monitoramento de forma articulada com os serviços responsáveis acerca do abastecimento adequado de água para funcionamento das unidades de vacinação. ● Treinamento das equipes frente aos planos de contingência para situações de excursão de temperatura dos imunobiológicos; ● Manutenção das ações de Farmacovigilância e ESAVI.
--	---

3. Coordenadoria de Emergências em Saúde Pública (CESP)

3.1 Gerência de Influenza e Doenças Respiratórias (GIDR)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Monitorar diariamente casos de Síndromes Gripais (SG) e Síndromes Respiratórias Agudas Grave (SRAG) no território Estadual; ● Monitorar diariamente óbitos por Síndromes Respiratórias Agudas Grave (SRAG) no território Estadual; ● Fortalecer e apoiar às Vigilâncias Epidemiológicas municipais sobre medidas de controle e prevenção que propiciem a redução do risco à saúde;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover estratégias de capacitação para os profissionais de saúde (presencial ou a distância); ● Realizar análises frequentes da situação epidemiológica das doenças respiratórias e publicar Boletins Epidemiológicos; ● Acompanhar a inserção de dados pelos municípios nos sistemas de informação oficiais a fim de minimizar pendências, fragilidades e garantir dados epidemiológicos que reflitam a realidade; ● Publicar Notas Técnicas e Informativas a fim de padronizar e oficializar orientações a todos os serviços de saúde e vigilâncias epidemiológicas locais em todo território Estadual; ● Fortalecer a coleta de amostras de RT PCR para COVID-19, Influenza e Outros Vírus Respiratórios em todo caso de SRAG Hospitalizado ou Óbito por SRAG garantindo investigação ampliada de vírus respiratórios nesses grupos; ● Realizar visitas técnicas e supervisão aos serviços da Unidade Sentinela de Síndrome Gripal (SG) implantadas no Estado; ● Liberar tratamento com o antiviral Fosfato de Oseltamivir (Tamiflu®) conforme os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do Protocolo de Tratamento de Influenza em vigência; ● Liberar testes rápidos de antígeno (TR Ag COVID-19) aos municípios conforme disponibilidade e fluxo estabelecido pela SES.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> ● Monitorar diariamente casos de Síndromes Gripais (SG) e Síndromes Respiratórias Agudas Grave (SRAG) no território Estadual; ● Monitorar diariamente óbitos por Síndromes Respiratórias Agudas Grave (SRAG) no território Estadual; ● Fortalecer e apoiar às Vigilâncias Epidemiológicas municipais sobre medidas de controle e prevenção que propiciem a redução do risco à saúde; ● Promover estratégias de capacitação para os profissionais de saúde (presencial ou a distância); ● Realizar análises frequentes da situação epidemiológica das doenças respiratórias e publicar Boletins Epidemiológicos; ● Acompanhar a inserção de dados pelos municípios nos sistemas de informação oficiais a fim de minimizar pendências, fragilidades e garantir dados epidemiológicos que reflitam a realidade; ● Publicar Notas Técnicas e Informativas a fim de padronizar e oficializar orientações a todos os serviços de saúde e vigilâncias epidemiológicas locais em todo território Estadual; ● Fortalecer a coleta de amostras de RT PCR para COVID-19, Influenza e Outros Vírus Respiratórios em todo caso de SRAG Hospitalizado ou Óbito por SRAG garantindo investigação ampliada de vírus respiratórios nesses grupos; ● Liberar tratamento com o antiviral Fosfato de Oseltamivir (Tamiflu®) conforme os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do Protocolo de Tratamento de Influenza em vigência; ● Liberar testes rápidos de antígeno (TR Ag COVID-19) aos municípios conforme disponibilidade e fluxo estabelecido pela SES.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> ● Monitorar diariamente casos de Síndromes Gripais (SG) e Síndromes Respiratórias Agudas Grave (SRAG) no território Estadual; ● Monitorar diariamente óbitos por Síndromes Respiratórias Agudas Grave (SRAG) no território Estadual; ● Fortalecer e apoiar às Vigilâncias Epidemiológicas municipais sobre medidas de controle e prevenção que propiciem a redução do risco à saúde; ● Promover estratégias de capacitação para os profissionais de saúde (presencial ou a distância); ● Realizar análises frequentes da situação epidemiológica das doenças respiratórias e publicar Boletins Epidemiológicos; ● Acompanhar a inserção de dados pelos municípios nos sistemas de informação oficiais a fim de minimizar pendências, fragilidades e garantir dados epidemiológicos que reflitam a realidade; ● Publicar Notas Técnicas e Informativas a fim de padronizar e oficializar orientações a todos os serviços de saúde e vigilâncias epidemiológicas locais em todo território Estadual;

	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a coleta de amostras de RT PCR para COVID-19, Influenza e Outros Vírus Respiratórios em todo caso de SRAG Hospitalizado ou Óbito por SRAG garantindo investigação ampliada de vírus respiratórios nesses grupos; • Liberar tratamento com o antiviral Fosfato de Oseltamivir (Tamiflu®) conforme os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do Protocolo de Tratamento de Influenza em vigência; • Liberar testes rápidos de antígeno (TR Ag COVID-19) aos municípios conforme disponibilidade e fluxo estabelecido pela SES.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar diariamente casos de Síndromes Gripais (SG) e Síndromes Respiratórias Agudas Grave (SRAG) no território Estadual; • Monitorar diariamente óbitos por Síndromes Respiratórias Agudas Grave (SRAG) no território Estadual; • Monitoramento a situação epidemiológica de doenças respiratórias (covid-19, influenza e OVR) relacionados à inundação; • Fortalecer e apoiar às Vigilâncias Epidemiológicas municipais sobre medidas de controle e prevenção que propiciem a redução do risco à saúde; • Realizar análises frequentes da situação epidemiológica das doenças respiratórias e publicar Boletins Epidemiológicos; • Monitorar o risco de transmissão de doenças devido à aglomeração de pessoas (alojamentos, abrigos, dentre outros) e orientar quanto ao isolamento de doentes; • Publicar Notas Técnicas e Informativas e Alertas Epidemiológicos a fim de padronizar e oficializar orientações a todos os serviços de saúde e vigilâncias epidemiológicas locais em todo território Estadual; • Fortalecer a coleta de amostras de RT PCR para COVID-19, Influenza e Outros Vírus Respiratórios em todo caso de SRAG Hospitalizado ou Óbito por SRAG garantindo investigação ampliada de vírus respiratórios nesses grupos; • Articular com instituições parceiras o desenvolvimento das ações necessárias (ex. LACEN); • Liberar tratamento com o antiviral Fosfato de Oseltamivir (Tamiflu®) conforme os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do Protocolo de Tratamento de Influenza em vigência; • Liberar testes rápidos de antígeno (TR Ag COVID-19) aos municípios conforme disponibilidade e fluxo estabelecido pela SES.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar diariamente casos de Síndromes Gripais (SG) e Síndromes Respiratórias Agudas Grave (SRAG) no território Estadual; • Monitorar diariamente óbitos por Síndromes Respiratórias Agudas Grave (SRAG) no território Estadual; • Monitoramento a situação epidemiológica de doenças respiratórias (covid-19, influenza e OVR) relacionados à inundação; • Fortalecer e apoiar às Vigilâncias Epidemiológicas municipais sobre medidas de controle e prevenção que propiciem a redução do risco à saúde; • Realizar análises frequentes da situação epidemiológica das doenças respiratórias e publicar Boletins Epidemiológicos; • Monitorar o risco de transmissão de doenças devido à aglomeração de pessoas (alojamentos, abrigos, dentre outros) e orientar quanto ao isolamento de doentes; • Publicar Notas Técnicas e Informativas e Alertas Epidemiológicos a fim de padronizar e oficializar orientações a todos os serviços de saúde e vigilâncias epidemiológicas locais em todo território Estadual; • Fortalecer a coleta de amostras de RT PCR para COVID-19, Influenza e Outros Vírus Respiratórios em todo caso de SRAG Hospitalizado ou Óbito por SRAG garantindo investigação ampliada de vírus respiratórios nesses grupos; • Articular com instituições parceiras o desenvolvimento das ações necessárias (ex. LACEN); • Liberar tratamento com o antiviral Fosfato de Oseltamivir (Tamiflu®) conforme os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do Protocolo de Tratamento de Influenza em vigência; • Liberar testes rápidos de antígeno (TR Ag COVID-19) aos municípios conforme disponibilidade e fluxo estabelecido pela SES.

3.2 Gerência da Rede Nacional dos Núcleos de Vigilância Epidemiológica Hospitalares Grosso do Sul (RENAVEH)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Monitorar continuamente a tendência de doenças ou agravos no âmbito hospitalar, permitindo o estabelecimento de medidas preventivas e de controle; ● Monitorar dados e informações de morbimortalidade; ● Identificar doenças, agravos e eventos de saúde, por meio do sistema de busca ativa no serviço de saúde, em prontuários, informações laboratoriais e farmácia hospitalar; ● Monitorar e detectar surtos precocemente; ● Manter os sistemas oficiais de informação atualizados (SIH, SINAN, SIVEP Gripe, SINASC, SIM); ● Intensificar a vigilância e controle de doenças não-transmissíveis e agravos; ● Monitoramento e notificação das doenças e agravos de notificação compulsória (DNC) e dos eventos de interesse de saúde pública, tais como: síndrome gripal, influenza, covid-19, difteria, coqueluche, sarampo, rubéola, varicela, doença meningocócica, arboviroses, leptospirose, hantavirose, acidentes por animais peçonhentos, tétano acidental, doenças diarreicas agudas (DDA), hepatite A e febre tifoide.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> ● Avaliar a disseminação de doenças; ● Identificar os fatores de risco; ● Recomendar as medidas de prevenção e controle; ● Promover estratégias de educação permanente e capacitação para os profissionais de saúde dos serviços de saúde; ● Manter os sistemas oficiais de informação atualizados (SIH, SINAN, SIVEP Gripe, SINASC, SIM); ● Elaborar boletim informativo sobre a situação epidemiológica nos serviços de saúde e ações desenvolvidas; ● Monitoramento e notificação das doenças e agravos de notificação compulsória (DNC) e dos eventos de interesse de saúde pública, tais como: síndrome gripal, influenza, covid-19, difteria, coqueluche, sarampo, rubéola, varicela, doença meningocócica, arboviroses, leptospirose, hantavirose, acidentes por animais peçonhentos, tétano acidental, doenças diarreicas agudas (DDA), hepatite A e febre tifoide; ● Promover ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reabilitação, envolvendo as áreas da vigilância em saúde.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer fluxo diário de notificação das doenças relacionadas aos eventos; ● Prevenir exposições e subsidiar o planejamento de ações e a resposta do setor saúde; ● Promover ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reabilitação, envolvendo as áreas da vigilância em saúde; ● Construir um fluxo para atendimento e organizar o sistema de saúde para a atenção e cuidado dos casos; ● Promover estratégias de educação permanente e capacitação para os profissionais de saúde dos serviços de saúde; ● Adotar medidas preventivas, imediatas e posteriores para prevenir e conter doenças e agravos à saúde humana. ● Monitorar dados e informações de morbimortalidade; ● Identificar os fatores de risco; ● Monitoramento e notificação das doenças e agravos de notificação compulsória (DNC) e dos eventos de interesse de saúde pública, tais como: síndrome gripal, influenza, covid-19, difteria, coqueluche, sarampo, rubéola, varicela, doença meningocócica, arboviroses, leptospirose, hantavirose, acidentes por animais peçonhentos, tétano acidental, doenças diarreicas agudas (DDA), hepatite A e febre tifoide; ● Elaborar boletim informativo sobre a situação epidemiológica nos serviços de saúde e ações desenvolvidas.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer fluxo de atendimento; ● Estabelecer fluxo diário de notificação das doenças relacionadas ao evento; ● Manter os sistemas oficiais de informação atualizados (SIH, SINAN, SIVEP Gripe, SINASC, SIM); ● Monitorar e detectar surtos precocemente; ● Construir um fluxo para atendimento e organizar o sistema de saúde para a atenção e cuidado dos casos;

	<ul style="list-style-type: none"> Compreender os impactos imediatos e de longo prazo na saúde; Monitorar dados e informações de morbimortalidade; Monitoramento e notificação das doenças e agravos de notificação compulsória (DNC) e dos eventos de interesse de saúde pública, tais como: síndrome gripal, influenza, covid-19, difteria, coqueluche, sarampo, rubéola, varicela, doença meningocócica, arboviroses, leptospirose, hantavirose, acidentes por animais peçonhentos, tétano acidental, doenças diarreicas agudas (DDA), hepatite A e febre tifóide; Elaborar boletim informativo sobre a situação epidemiológica nos serviços de saúde e ações desenvolvidas.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer fluxo de atendimento; Estabelecer fluxo diário de notificação das doenças relacionadas ao evento; Manter os sistemas oficiais de informação atualizados (SIH, SINAN, SIVEP Gripe, SINASC, SIM); Monitorar e detectar surtos precocemente; Compreender os impactos imediatos e de longo prazo na saúde; Monitorar dados e informações de morbimortalidade; Monitoramento e notificação das doenças e agravos de notificação compulsória (DNC) e dos eventos de interesse de saúde pública, tais como: síndrome gripal, influenza, covid-19, difteria, coqueluche, sarampo, rubéola, varicela, doença meningocócica, arboviroses, leptospirose, hantavirose, acidentes por animais peçonhentos, tétano acidental, doenças diarreicas agudas (DDA), hepatite A e febre tifóide; Elaborar boletim informativo sobre a situação epidemiológica nos serviços de saúde e ações desenvolvidas.

3.3 Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> Monitorar eventos e rumores na imprensa, redes sociais e junto aos serviços de saúde dos 79 municípios do Estado; Identificar as instituições de saúde envolvidas nas possíveis emergências em saúde ocasionadas por desastres naturais; Manter uma relação atualizada de contatos dos profissionais de acordo com suas responsabilidades institucionais na atuação de emergências; Manter articulação intra e intersetorial com as instituições de saúde envolvidas nas possíveis emergências em saúde ocasionadas por desastres naturais; Incentivar, orientar e apoiar as vigilâncias municipais a desenvolver seus planos de resposta às Emergências em Saúde Pública (ESP); Reforçar a importância da comunicação e notificação imediata de agravos de notificação compulsória; Emitir alertas sobre a situação epidemiológica global, nacional e local, com orientações para a preparação de resposta, com medidas de atuação do setor saúde frente a inundações; - Manter funcionamento 24h em regime de plantão para recebimento de notificação imediata de agravos e eventos de saúde pública junto aos serviços de saúde dos 79 municípios do Estado; Manter fluxo de informação e comunicação sobre monitoramento de eventos em saúde pública com a rede CIEVS Estadual e equipes de Vigilância em Saúde considerando a tipologia do evento identificado (surto, desastre ou desassistência).
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> Propor atividade de resposta coordenada às situações de emergência em saúde pública; Realizar reuniões extraordinárias com os membros do Comitê de Monitoramento de Eventos (CME) para discussão e acompanhamento das medidas de atuação do setor saúde; Identificar informações sobre precipitação no clima, incluindo detecção de rumores; Acompanhar alertas de prognóstico de chuvas emitidos por órgãos meteorológicos e centros de monitoramento climático; Orientar a implantação da Sala de Situação ou a Ativação do Comitê de Operações de Emergência (COE) por inundação, considerando a magnitude do evento e o cenário de risco;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Manter o funcionamento 24h em regime de plantão para recebimento de notificação imediata de agravos e eventos de saúde pública e principalmente considerando a tipologia do evento identificado (surto, desastre ou desassistência).
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer fluxo diário de notificação das doenças relacionadas ao evento; ● Acompanhar o planejamento de ações e a resposta do setor saúde; ● Promover ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reabilitação, envolvendo as áreas da vigilância em saúde; ● Adotar medidas preventivas, imediatas e posteriores, para prevenir e conter doenças e agravos à saúde humana; ● Monitorar dados e informações de morbimortalidade; ● Monitoramento e notificação imediata das doenças e agravos de notificação compulsória (DNC) e dos eventos de interesse em saúde pública, tais como: síndrome gripal (SG), síndrome respiratória aguda grave (SRAG), difteria, coqueluche, sarampo, rubéola, varicela, doença meningocócica, arboviroses, leptospirose, hantavirose, acidentes por animais peçonhentos, tétano acidental, doenças diarreicas agudas (DDA), hepatite A e febre tifoide; ● Elaborar alertas epidemiológicos sobre a situação epidemiológica do Estado e dos serviços de saúde envolvidos na resposta e ações desenvolvidas, em conjunto com a Rede CIEVS; ● Manter o funcionamento 24h em regime de plantão para recebimento de notificação imediata de agravos e eventos de saúde pública e principalmente considerando a tipologia do evento identificado (surto, desastre ou desassistência).
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> ● Intensificar as ações de comunicação interinstitucional; ● Acompanhar alertas de prognóstico de chuvas emitidos por órgãos meteorológicos e centros de monitoramento climático; ● Monitorar o fluxo diário de notificação das doenças relacionadas ao evento; ● Monitorar dados e informações de morbimortalidade inseridos nos sistemas oficiais de informação (SIH, SINAN, SIVEP Gripe, SINASC, SIM); ● Monitorar e detectar surtos precocemente; ● Monitorar a situação epidemiológica de doenças transmissíveis relacionadas à inundação e outros agravos (ex: acidentes por animais peçonhentos); ● Realizar informes técnicos contendo o monitoramento das doenças e agravos relacionados ao evento, bem como os alertas emitidos pelos setores envolvidos na resposta; ● Intensificar a articulação com as equipes de saúde do Estado e municípios envolvidos; ● Acompanhar o desenvolvimento de ações da vigilância em saúde para os grupos vulneráveis (idosos, crianças, gestantes, pessoas com necessidades especiais e doentes crônicos); ● Subsidiar tecnicamente o COE; ● Apresentar a situação da ESP nas reuniões do Comitê de Monitoramento de Eventos – CME; ● Manter o funcionamento 24h em regime de plantão para recebimento de notificação imediata de agravos e eventos de saúde pública e principalmente considerando a tipologia do evento identificado (surto, desastre ou desassistência).
Crise	<ul style="list-style-type: none"> ● Intensificar as ações de comunicação interinstitucional; ● Acompanhar alertas de prognóstico de chuvas emitidos por órgãos meteorológicos e centros de monitoramento climático; ● Monitorar o fluxo diário de notificação das doenças relacionadas ao evento; ● Monitorar dados e informações de morbimortalidade inseridos nos sistemas oficiais de informação (SIH, SINAN, SIVEP Gripe, SINASC, SIM); ● Monitorar e detectar surtos precocemente; ● Monitorar a situação epidemiológica de doenças transmissíveis relacionadas à inundação e outros agravos (ex: acidentes por animais peçonhentos); ● Realizar informes técnicos contendo o monitoramento das doenças e agravos relacionados ao evento, bem como os alertas emitidos pelos setores envolvidos na resposta; ● Intensificar a articulação com as equipes de saúde do Estado e municípios envolvidos; ● Acompanhar o desenvolvimento de ações da vigilância em saúde para os grupos vulneráveis (idosos, crianças, gestantes, pessoas com necessidades especiais e doentes crônicos); ● Subsidiar tecnicamente o COE;

	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a situação da ESP nas reuniões do Comitê de Monitoramento de Eventos – CME; • Manter o funcionamento 24h em regime de plantão para recebimento de notificação imediata de agravos e eventos de saúde pública e principalmente considerando a tipologia do evento identificado (surto, desastre ou desassistência).
--	--

4. Coordenadoria de Saúde Única (CSU)

A Coordenadoria de Saúde Única desempenha um papel crucial no apoio aos setores responsáveis por enfrentar os impactos das chuvas intensas. Sua atuação é essencial em diversas etapas de um plano de contingência, fornecendo suporte técnico e operacional para mitigar os efeitos das inundações, deslizamentos e outros danos causados pelo excesso de chuvas sobre a saúde humana, animal e ambiental. A CSU desempenha um papel integrador, o que permite que as ações de prevenção e resposta sejam eficazes na mitigação dos impactos provocados pelos desastres.

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar continuamente os indicadores de risco, como níveis de precipitação, condições do solo e possíveis focos de doenças transmitidas por água contaminada. • Apoiar iniciativas de educação e conscientização sobre os cuidados preventivos em períodos chuvosos, capacitando profissionais de saúde e comunidades para lidar com os riscos associados a enchentes. • Auxiliar nas ações de organização para abastecimento estratégico de medicamentos, vacinas e insumos para pronta resposta em situações emergenciais.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar a comunicação, promovendo campanhas de alerta à população sobre os perigos das chuvas intensas, como contaminação da água, doenças respiratórias e vetores de doenças. • Apoiar vistorias preventivas, orientando os setores responsáveis para eliminar pontos de acúmulo de água e reduzir os riscos de transmissão de doenças. • Contribuir na preparação logística, colaborando para que as equipes de saúde e veterinária estejam prontas para atender as áreas vulneráveis.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar com a ativação de comitês emergenciais, fornecendo informações técnicas sobre os impactos das chuvas no ecossistema local e na saúde das populações. • Atuar junto a outros setores para que as comunidades em áreas de risco sejam informadas sobre as medidas de segurança, como evitar o contato com águas contaminadas e buscar abrigos seguros. • Auxiliar na organização do atendimento prioritário a grupos vulneráveis, como crianças, idosos e animais domésticos e de criação.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar no atendimento médico e veterinário emergencial, com relação principalmente a doenças relacionadas às enchentes, como leptospirose, diarreias e problemas respiratórios. • Apoiar a distribuição de água potável e alimentos, trabalhando com outros setores para que as populações afetadas tenham acesso a recursos essenciais. • Auxiliar nas operações de resgate de pessoas e animais que possam estar em áreas inundadas ou isoladas.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar com o suporte a operações de resgate, focando tanto no salvamento de vidas humanas quanto no bem-estar dos animais afetados. • Auxiliar na mobilização de equipes de saúde mental para prestar apoio psicológico às populações impactadas, além de atuar no controle de surtos de doenças após enchentes. • Contribuir para a mobilização de recursos externos, caso haja necessidade de apoio adicional de outras regiões ou instituições. • Auxiliar na realização de avaliações contínuas das áreas afetadas para ajustar as ações de resposta conforme a gravidade da situação.

5. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica

5.1 Gerência de Zoonoses

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none">• Promover a integração entre os setores de saúde humana, saúde animal e meio ambiente;• Estabelecer e manter atualizados os planos de ação para redução da prevalência de enfermidades;• Promover a educação e conscientização da população sobre prevenção de zoonoses, incluindo boas práticas de higiene, cuidados com animais domésticos e silvestres, e manejo adequado de alimentos;• Capacitar profissionais de saúde referente ao diagnóstico, tratamento, prevenção e controle de zoonoses;• Estabelecer parcerias intersetoriais;• Monitorar e orientar continuamente as ações de vigilância epidemiológica de zoonoses;• Verificar inconsistências nos sistemas de notificação de agravos;• Apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none">• Identificar e monitorar áreas de maior risco para ocorrência de zoonoses, considerando fatores ambientais, climáticos e sociais;• Verificar as medidas preventivas e se necessário realizar ajustes;• Realizar buscas sobre a situação das áreas com maior probabilidade de ocorrência de emergências em saúde pública;• Capacitar profissionais de saúde referente ao diagnóstico, tratamento, prevenção e controle de zoonoses;• Estabelecer contato com autoridades de saúde para alinhar estratégias e assegurar uma resposta integrada.
Alerta	<ul style="list-style-type: none">• Publicar orientações, notas informativas e boletins epidemiológicos para padronização de todos os serviços de vigilância epidemiológica e divulgar informações oficiais sobre a situação;• Identificar e monitorar áreas de maior risco para ocorrência de zoonoses, considerando fatores ambientais, climáticos e sociais;• Verificar as medidas preventivas e se necessário realizar ajustes;• Realizar buscas sobre a situação das áreas com maior probabilidade de ocorrência de emergências em saúde pública;• Estabelecer contato com autoridades de saúde para alinhar estratégias e assegurar uma resposta integrada.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none">• Estabelecer um sistema de resposta rápida e eficaz, minimizando seus impactos na saúde pública;• Capacitar profissionais de saúde referente ao diagnóstico, tratamento, prevenção e controle de zoonoses;• Monitorar a evolução dos casos e a disseminação da doença;• Realizar investigação epidemiológica detalhada para identificar fonte de infecção e contactantes;• Garantir o acesso à informação e comunicação transparente com a população sobre a situação e medidas de controle;• Estabelecer comunicação com laboratórios de referência para diagnóstico rápido;• Liberar insumos biológicos conforme orientações do Ministério da Saúde.
Crise	<ul style="list-style-type: none">• Avaliar continuamente a efetividade das medidas de controle adotadas e se necessário realizar ajustes;• Monitorar a evolução dos casos;• Manter a vigilância epidemiológica intensificada para detectar novos casos e evitar disseminação da doença;• Apoiar os municípios para evitar disseminação de doenças para as regiões vizinhas;• Garantir o acesso à informação e comunicação transparente com a população sobre a situação e medidas de controle;• Estabelecer comunicação com laboratórios de referência para diagnóstico rápido;• Liberar insumos biológicos conforme orientações do Ministério da Saúde.

5.2 Gerência de Doenças Endêmicas

O período chuvoso, especialmente quando acompanhado por enchentes, representa um cenário crítico para a intensificação da transmissão das arboviroses, em especial dengue, chikungunya, Zika e febre Oropouche. A alta ocorrência de acúmulo de água em recipientes propícios à proliferação do vetor *Aedes aegypti* exige uma resposta rápida, coordenada e integrada entre os setores da saúde, meio ambiente e limpeza urbana, uma vez que diante desse cenário os criadouros se tornam inúmeros.

As medidas prioritárias a serem adotadas no contexto de chuvas intensas e enchentes, com foco na detecção precoce, investigação e monitoramento de casos suspeitos de arboviroses.

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Participar de campanhas e ações de prevenção contra a dengue na comunidade; ● Manter a população informada sobre as arboviroses e as medidas de prevenção, buscando informações em fontes confiáveis como a Secretaria de Saúde e órgãos de saúde; ● Capacitar os profissionais de saúde sobre o Manejo Clínico das arboviroses; ● Participar de reuniões intersetoriais e apoiar tecnicamente as demais áreas envolvidas na resposta ao cenário de chuvas e enchentes; ● Reforçar a notificação de casos suspeitos de arboviroses, com preenchimento completo e oportuno da ficha de notificação no SINAN; ● Monitorar continuamente os casos graves, óbitos e casos em gestantes com suspeita de arboviroses com notificação imediata; ● Elaborar e divulgar boletins epidemiológicos com informações atualizadas sobre a situação local das arboviroses; ● Ampliar a busca ativa de casos suspeitos; ● Garantir a investigação oportuna dos casos suspeitos, com coleta adequada de amostras para diagnóstico laboratorial conforme protocolos vigentes; ● Realizar o encerramento oportuno dos casos no sistema de informação, assegurando a qualidade dos dados; ● Coordenar ações integradas com a Atenção Primária à Saúde, especialmente no acompanhamento de grupos vulneráveis (gestantes, crianças, idosos, pessoas com comorbidades e imunocomprometidas); ● Manter comunicação contínua com o laboratório de referência (LACEN) para o fluxo adequado de envio de amostras, recebimento de resultados e encerramento dos casos.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> ● Limpar e vedar caixas d'água, tonéis, piscinas e outros recipientes que possam armazenar água; ● Mantenha os ralos tampados e as tampas do vaso sanitário fechadas; ● Retirar folhas e detritos das calhas para evitar o acúmulo de água; ● Retirar a água acumulada em pratos de vasos e plantas, substituindo-a por areia ou limpando os pratos semanalmente; ● Eliminar pneus velhos, latas e outros recipientes que possam acumular água; ● Utilizar repelentes regularmente, seguindo as orientações do fabricante; ● Usar roupas que cubram braços e pernas, principalmente ao ar livre; ● Utilizar telas em janelas e portas para evitar que os mosquitos entrem em casa; ● Reforçar a notificação imediata de casos suspeitos de arboviroses, com preenchimento completo e oportuno da ficha de notificação no SINAN; ● Elaborar e divulgar boletins epidemiológicos com informações atualizadas sobre a situação local das arboviroses; ● Ampliar a busca ativa de casos suspeitos, principalmente em áreas afetadas por alagamentos e enchentes; ● Garantir a investigação oportuna dos casos suspeitos, com coleta adequada de amostras para diagnóstico laboratorial conforme protocolos vigentes;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Realizar o encerramento oportuno dos casos no sistema de informação, assegurando a qualidade dos dados; ● Coordenar ações integradas com a Atenção Primária à Saúde, especialmente no acompanhamento de grupos vulneráveis (gestantes, crianças, idosos, pessoas com comorbidades e imunocomprometidas); ● Manter comunicação contínua com o laboratório de referência (LACEN) para o fluxo adequado de envio de amostras, recebimento de resultados e encerramento dos casos.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> ● Em caso de viagem ou visita a locais com alta incidência de dengue, tomar precauções adicionais, como usar repelente e roupas adequadas; ● Ficar atento aos sintomas das arboviroses (febre alta de início abrupto, dor de cabeça, dores musculares e articulares, manchas vermelhas na pele) - procurar a unidade de saúde mais próxima e não se automedicar; ● Notificar os órgãos de saúde locais sobre casos suspeitos ou focos de mosquito para que possam agir na área; ● Reforçar a notificação imediata de casos suspeitos de arboviroses, com preenchimento completo e oportuno da ficha de notificação no SINAN; ● Elaborar e divulgar boletins epidemiológicos com informações atualizadas sobre a situação local das arboviroses.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> ● Monitorar, durante a vigência da emergência, a ocorrência de surtos de arboviroses; ● Articular com a coordenação de vigilância epidemiológica e controle de vetores da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) as atividades para o acompanhamento das ações desenvolvidas no combate ao vetor; ● Realizar levantamento da capacidade de assistência farmacêutica básica e da taxa de ocupação de leitos da SMS, bem como das condições de saúde da população afetada pela enchente; ● Elaborar e divulgar boletins epidemiológicos com informações atualizadas sobre a situação local das arboviroses; ● Ampliar a busca ativa de casos suspeitos e confirmados, principalmente em áreas afetadas por alagamentos e enchentes; ● Garantir a investigação oportuna dos casos suspeitos, com coleta adequada de amostras para diagnóstico laboratorial conforme protocolos vigentes; ● Realizar o encerramento oportuno dos casos no sistema de informação, assegurando a qualidade dos dados; ● Coordenar ações integradas com a Atenção Primária à Saúde; ● Manter comunicação contínua com o laboratório de referência (LACEN) para o fluxo adequado de envio de amostras, recebimento de resultados e encerramento dos casos.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> ● Avaliar continuamente a efetividade das medidas de controle adotadas e se necessário realizar ajustes; ● Monitorar a evolução dos casos; ● Manter a vigilância epidemiológica intensificada para detectar novos casos e evitar agravamento da doença; ● Apoiar os municípios para evitar casos grave e óbitos; ● Garantir o acesso à informação e comunicação transparente com a população sobre a situação e medidas de controle; ● Estabelecer comunicação com laboratórios de referência para diagnóstico rápido; ● Liberar medicamentos para o manejo clínico do paciente, conforme fluxogramas; ● Elaborar e divulgar boletins epidemiológicos com informações atualizadas sobre a situação local das arboviroses; ● Ampliar a busca ativa de casos suspeitos e confirmados, principalmente em áreas afetadas por alagamentos e enchentes; ● Garantir a investigação oportuna dos casos suspeitos, com coleta adequada de amostras para diagnóstico laboratorial conforme protocolos vigentes; ● Realizar o encerramento oportuno dos casos no sistema de informação, assegurando a qualidade dos dados; ● Coordenar ações integradas com a Atenção Primária à Saúde e Hospitalar; ● Monitorar introdução de novos sorotipos de dengue em locais sem circulação, ocasionados pelas alterações do ambiente devido as enchentes.

6. Coordenadoria de Vigilância em Saúde do Trabalhador (CVIST)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Discutir situações de riscos aos trabalhadores em caso de Inundações; ● Realizar levantamento e Análise de Situação de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (ASSTT) dos trabalhadores envolvidos na resposta, suas ocupações e instituições vinculadas; ● Realizar o monitoramento e investigação das Dart e demais doenças relacionadas ao contexto da inundação que possam atingir os trabalhadores; ● Acompanhar rumores de riscos e agravos relacionados ao trabalho no contexto das inundações.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> ● Mapeamento dos trabalhadores Vulneráveis; ● Levantamento dos Trabalhadores Vítimas da inundação; ● Elaborar o planejamento conjunto e estratégico com os serviços e redes disponíveis no território, com eleição de prioridades comuns, para o desenvolvimento de ações que assegurem o cuidado integral aos trabalhadores, considerando as principais causas de adoecimento, óbito e o mapeamento dos riscos ocupacionais; ● Orientar a utilização de Equipamentos de Proteção Individual a serem utilizados para proteção aos riscos à saúde dos trabalhadores.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> ● Mapear as instituições e setores que podem contribuir com a estruturação das ações de saúde dos trabalhadores vítimas e/ou envolvidos na resposta; ● Elaborar e distribuir materiais informativos e educativos a respeito das questões relacionadas à Saúde do Trabalhador na inundação. ● Realizar Vigilância Epidemiológica em saúde do Trabalhador no contexto das inundações e alagamentos – a fim de acompanhar mudanças nos determinantes e condicionantes relacionados ao ambiente e processos de trabalho e direcionar tomada de decisão. ● Investigar questões subjetivas e organizacionais que possam ser geradoras de sofrimento e transtornos mentais relacionados ao trabalho.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> ● Orientar a RAS para o cuidado integral à saúde dos trabalhadores vítimas e/ou envolvidos na resposta; ● Realizar articulação intra e intersetorial, incluindo a participação dos trabalhadores e do movimento social para definição de ações estratégicas para a saúde dos trabalhadores no contexto da inundação; ● Produzir orientações e documentos técnicos para nortear as ações de atenção integral à saúde dos (as) trabalhadores (as) envolvidos nas respostas às inundações e alagamentos; ● Ser retaguarda técnica para serviços de saúde que acolham trabalhadores com sofrimento ou adoecimento relacionado ao trabalho, contribuindo para cuidado integral e o psicossocial adequado; ● Realizar Vigilância nos ambientes e processo de trabalho, priorizando as atividades econômicas, e ocupações mais atingidas, visando garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores no retorno ao trabalho.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> ● Realizar o monitoramento das condições de saúde dos trabalhadores expostos à riscos à saúde decorrentes da atuação nas atividades relacionadas à inundação; ● Realizar o monitoramento e investigação das Dart e demais doenças relacionadas ao contexto da inundação que possam atingir os trabalhadores; ● Garantir a destinação e aplicação de recursos orçamentários, humanos e materiais para a realização de ações de atenção integral à saúde trabalhadores vítimas e/ou envolvidos; ● Analisar e intervir nas situações e fatores de riscos relacionados aos processos de adoecimento entre os (as) trabalhadores (as) envolvidos.

7. Coordenadoria de Vigilância Sanitária (CVISA)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de educação sanitária junto às escolas municipais na área de medicamentos, higiene pessoal e alimentação; • Fiscalização sanitária municipal de farmácias e drogarias; • Inspeções conjuntas programadas visa estadual/visa municipal nos Hospitais municipais – foco em segurança do paciente.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar para possível aumento de demanda através da comunicação (canal de comunicação estabelecido entre a visa estadual e as visas municipais) para o estabelecimento de prioridades; • Fiscalizar possíveis postos de triagem clínica e laboratorial; • Estabelecer protocolos para notificação de casos suspeitos; • Verificar protocolos de segurança nos hospitais.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de pessoal para situações de emergência; • Estabelecer protocolos de segurança, desinfecção de ambientes, uso de EPI para os locais de fluxo e triagem de suspeitos; • Produzir comunicação ostensiva (rádios, tv, internet, blitz nas ruas, etc) para alerta da população; • Fiscalizar portas de entrada de doentes (hospitais, clínicas, upas, postos de saúde, farmácias e drogarias).
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar campanhas de comunicação extensiva; • Impedir locais de aglomeração pública desnecessária (escolas, locais de lazer, academias, etc); • Estabelecer barreiras sanitárias nos aeroportos, estradas, portos, etc, de triagem de suspeitos; • Estabelecer protocolos para destino de casos fatais junto às funerárias e cemitérios.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> • Exercício de poder de polícia sanitária para mitigar a propagação de casos graves em locais de difícil acesso, comunidades, ajuntamentos, grupos isolados; • Facilitar a liberação de insumos, equipamentos, medicamentos, opções paliativas e outras ações que facilitem o tratamento dos doentes; • Articulação com outras instâncias (bombeiros, polícia civil, PROCON, sindicatos) para operações conjuntas; • Estimular o voluntariado, associações, ongs para campanhas, doações de medicamentos, alimentos, etc).

8. Coordenadoria de Controle de Vetores (CCV)

Estágio	Ações - Leishmaniose
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Classificar os municípios sem casos humano e canino de LV, em vulnerável ou não vulnerável; • Considerar como município vulnerável, o que apresentar qualquer uma das seguintes situações: <ul style="list-style-type: none"> ○ Municípios contíguos aos de casos humanos e/ou caninos; ○ Municípios que fazem parte do mesmo eixo viário aos de casos humanos e/ou caninos; ○ Municípios com fluxo migratório intenso. • A partir da classificação dos municípios estão recomendadas as seguintes ações: <ul style="list-style-type: none"> ○ Ações referentes ao vetor: Realizar o levantamento entomológico, que tem como objetivo verificar nos municípios vulneráveis, a presença ou ausência das espécies <i>L. longipalpis</i> e/ ou <i>L. cruzi</i> e de verificar a dispersão da população do vetor no município. • Com os resultados obtidos no levantamento entomológico, o município será classificado como: <ul style="list-style-type: none"> ○ Município vulnerável não receptivo: são os municípios em que após o levantamento entomológico não foi detectada a presença do <i>L. longipalpis</i> e/ou <i>L. cruzi</i>. Para esta situação a recomendação é que se faça novo levantamento entomológico no máximo a cada dois anos.

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Município vulnerável receptivo: são os municípios que após levantamento entomológico foi detectada a presença do <i>L. longipalpis</i> e/ou <i>L. cruzi</i>. Para esta situação as recomendações são as seguintes: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desencadear as ações para o saneamento ambiental; ▪ Intensificar o controle da população canina errante; ▪ Programar inquérito amostral canino para verificar a presença de enzootia canina nas áreas delimitadas pela presença do vetor. ● Vigilância Epidemiológica: A vigilância da leishmaniose visceral compreende a vigilância entomológica, de casos humanos e casos caninos. A análise da situação epidemiológica indicará as ações de prevenção e controle a serem adotadas. Dentre os objetivos da vigilância destacam-se: <ul style="list-style-type: none"> ○ Identificar as áreas vulneráveis e/ou receptivas para transmissão da LV; ○ Avaliar a autoctonia referente ao município de residência; ○ Investigar o local provável de infecção (LPI); ○ Conhecer a presença, a distribuição e monitorar a dispersão do vetor; ○ Dar condições para que os profissionais da rede de saúde possam diagnosticar e tratar precocemente os casos; ○ Dar condições para realização do diagnóstico e adoção de medidas preventivas, de controle e destino adequado do reservatório canino; ○ Investigar todos os supostos óbitos de LV; ○ Monitorar a tendência da endemia, considerando a distribuição no tempo e no espaço; ○ Indicar as ações de prevenção de acordo com a situação epidemiológica; ○ Desencadear e avaliar o impacto das ações de controle; ○ Monitorar os eventos adversos aos medicamentos.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> ● Áreas com registro do primeiro caso autóctone de leishmaniose visceral. ● Ações referentes ao homem: <ul style="list-style-type: none"> ○ Notificar e investigar o caso, conforme orientações contidas no Manual de Controle de LV do Ministério da Saúde; ○ Investigar a autoctonia; ○ Estruturar a rede de saúde para o diagnóstico clínico, laboratorial e tratamento precoce dos casos; ○ Alertar os profissionais de saúde para detecção, diagnóstico e tratamento adequado e precoce dos casos; ○ Realizar busca ativa de casos suspeitos; ○ Investigar causa do óbito, se for o caso; ○ Alertar a população sobre a ocorrência da doença e sobre as medidas de prevenção e controle. ● Ações referentes ao vetor: <ul style="list-style-type: none"> ○ Desencadear as ações para o saneamento ambiental; ○ Realizar a investigação entomológica, cujo objetivo é verificar a presença de <i>L. longipalpis</i> e/ou <i>L. cruzi</i>, caso a sua presença ainda não tenha sido detectada na ocasião do levantamento entomológico. Neste caso, realizar a investigação entomológica a partir do local de transmissão do caso humano. Para a realização da pesquisa, deverá ser considerada a área delimitada para a busca ativa de casos humanos e caninos. ● Presença do vetor: <ul style="list-style-type: none"> ○ Realizar o controle químico imediato no local de transmissão, conforme as orientações do Manual de Controle da LV, Ministério da Saúde; ○ Programar dois novos ciclos de tratamento com inseticida com ação residual (borrifação), sendo o primeiro no início do período favorável ao aumento da densidade do vetor e o segundo, de 3 a 4 meses após o início do ciclo anterior. Se não houver o conhecimento da sazonalidade do vetor, programar o primeiro ciclo após o período mais chuvoso e aumento de temperatura e umidade. - Ausência do vetor: - Avaliar mensalmente até o encontro do vetor, durante o período favorável ao aumento de sua densidade. ● Ações referentes ao reservatório: <ul style="list-style-type: none"> ○ Realizar a busca ativa de cães com suspeita clínica: - cão sororreagente: proceder eutanásia e/ou tratamento; - cão soro não reagente: manter vigilância e monitoramento;

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Programar inquérito canino censitário anual, no local de transmissão para desencadear as ações de controle do reservatório canino: - cão sororreagente: proceder eutanásia e/ou tratamento; - cão soro não reagente: manter vigilância e monitoramento. ○ Realizar o controle da população canina errante. ● Ações referentes a educação em saúde: <ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolver atividades de educação em saúde.
<p style="text-align: center;">Alerta</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Áreas com transmissão média de leishmaniose visceral. ● Ações referentes ao homem: <ul style="list-style-type: none"> ○ Notificar e investigar o caso, conforme orientações contidas no Manual de Controle de LV; ○ Investigar a autoctonia dos casos; ○ Estruturar a rede de saúde para o diagnóstico clínico, laboratorial e tratamento precoce dos casos; ○ Alertar os profissionais de saúde para detecção, diagnóstico e tratamento adequado e precoce dos casos; ○ Realizar busca ativa de casos suspeitos; ○ Monitorar e investigar possíveis óbitos. ● Ações referentes ao vetor: <ul style="list-style-type: none"> ○ Desencadear as ações para o saneamento ambiental; ○ Realizar o levantamento entomológico com objetivo de verificar a presença da espécie <i>L. longipalpis</i> e/ou <i>L. cruzi</i> e conhecer a dispersão no município, caso a sua presença ainda não tenha sido detectada em outra ocasião, cujo objetivo é de delimitar as áreas para a realização do inquérito canino. ● Presença do vetor: <ul style="list-style-type: none"> ○ Realizar o controle químico imediato no local de transmissão, conforme as orientações do Manual de Controle da LV, Ministério da Saúde; ○ Programar dois novos ciclos de tratamento com inseticida com ação residual (borrifação), sendo o primeiro no início do período favorável ao aumento da densidade do vetor e o segundo, de 3 a 4 meses após o início do ciclo anterior. Se não houver o conhecimento da sazonalidade do vetor, programar o primeiro ciclo após o período mais chuvoso e aumento de temperatura e umidade. - Ausência do vetor: - Avaliar mensalmente até o encontro do vetor, durante o período favorável ao aumento de sua densidade. ● Ações referentes ao reservatório: <ul style="list-style-type: none"> ○ Realizar a busca ativa de cães com suspeita clínica: - cão sororreagente: proceder eutanásia e/ou tratamento; - cão soro não reagente: manter vigilância e monitoramento; ○ Programar inquérito canino censitário anual, conforme orientação do Manual de Controle de LV, no local de transmissão para desencadear as ações de controle do reservatório canino: - cão sororreagente: proceder eutanásia e/ou tratamento - cão soro não reagente: manter vigilância e monitoramento; ○ Realizar o controle da população canina errante, conforme orientação Manual de Controle de LV. ● Ações referentes à educação em saúde: <ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolver atividades de educação em saúde; ○ Realizar capacitação sobre prevenção e controle para agentes de saúde e agentes comunitários de saúde; ○ Criação de comitê de mobilização de combate a Leishmaniose Visceral; ○ Desenvolver atividades alusivas ao Dia Nacional de Combate a Leishmaniose Visceral (10 de agosto); ○ Capacitações para médicos e enfermeiros sobre manejo clínico de Leishmaniose Visceral.

<p>Situação de Emergência</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Áreas com transmissão alta de leishmaniose visceral. ● Ações referentes ao homem: <ul style="list-style-type: none"> ○ Notificar e investigar o caso; ○ Investigar a autoctonia; ○ Estruturar a rede de saúde para o diagnóstico clínico, laboratorial e tratamento precoce dos casos; ○ Alertar os profissionais de saúde para detecção, diagnóstico e tratamento adequado e precoce dos casos; ○ Realizar busca ativa de casos suspeitos; ○ Monitorar e investigar possíveis óbitos. ● Ações referentes ao vetor: <ul style="list-style-type: none"> ○ Desencadear as ações para o saneamento ambiental; ○ Programar dois ciclos de tratamento com inseticida de ação residual (borrifação), sendo o primeiro no início do período favorável ao aumento da densidade do vetor (janeiro a abril) e o segundo de 3 a 4 meses após o início do ciclo anterior (setembro a dezembro). Se não houver o conhecimento da sazonalidade do vetor programar o primeiro ciclo para após o período mais chuvoso e aumento de temperatura e umidade. ○ Nos municípios com transmissão alta, a presença do vetor e a dispersão da sua população devem ser conhecidas, o que permite um melhor direcionamento das ações de controle (vetor e reservatório). Caso estas informações não sejam conhecidas, é indicado que seja priorizado o levantamento entomológico. ● Ações referentes ao reservatório: ● Realizar o controle da população canina errante; ● Nas áreas com casos humanos: - programar inquérito canino censitário anual, para desencadear as ações de controle do reservatório canino: - cães sororreagentes e/ou com sinais clínicos compatíveis para LV: proceder eutanásia e/ou tratamento; - manter vigilância; ● Nas áreas sem casos humanos: - realizar inquérito canino amostral, a fim de avaliar a prevalência canina; ● Cães sororreagentes e/ou com sinais clínicos compatíveis para LV: proceder eutanásia e/ou tratamento; ● Nas áreas com prevalência canina maior ou igual a 2%, realizar inquérito canino censitário; ● Manter vigilância; ● Ações referentes à educação em saúde: <ul style="list-style-type: none"> ○ Intensificação das atividades de educação em saúde, com envolvimento dos ACE e ACS; ○ Desenvolver atividades alusivas ao Dia Nacional de combate a Leishmaniose Visceral (10 de agosto); ○ Utilizar a mídia digital e outros mecanismos de acesso à população.
<p>Crise</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Áreas em situação de surto de leishmaniose visceral. ● O surto de LV pode ocorrer em duas situações epidemiológicas distintas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Em municípios com transmissão conhecida: - Seguir as orientações previstas para as áreas com transmissão alta, acrescentando de um ciclo de borrifação imediato na área do surto; ○ Em municípios com transmissão recente: - Seguir as orientações previstas para as áreas com registro do primeiro caso LV. ● Uma situação de surto demanda várias ações a serem implementadas como: <ul style="list-style-type: none"> ○ Intensificação das medidas de controle preconizadas pelo Programa Nacional de Controle de Leishmaniose Visceral; ○ Desenvolvimento de ações integradas com outros segmentos; ○ Intensificação das ações de mídia; ○ Adoção da metodologia de encoleiramento de cães; ○ Estruturação das equipes municipais de bloqueio químico; ○ Integração com equipes de ACS para o envolvimento das ações educativas; ○ Estruturação da rede de saúde para o diagnóstico clínico, laboratorial e tratamento precoce dos casos.

Estágio	Ações - Arboviroses
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Manter o monitoramento dos índices entomológicos, ampliando a abrangência do programa de OVITRAMPAS para os 79 (setenta e nove) municípios do Estado; ● Realizar criteriosamente conforme as Diretrizes Nacionais o LIRAA/LIA; ● Manter o Monitoramento nos Pontos Estratégicos (PE) em ciclos regulares conforme preconizado e também nos distritos e localidades que realizam monitoramento entomológico na rotina; ● Manter em parceria com o Ministério da Saúde o monitoramento de resistência a inseticidas; ● Manter a Investigação da presença de espécies de mosquitos com potencial de transmissão de Arboviroses; ● Capacitar os profissionais do Controle de Vetores da CECV/SES e Núcleos Regionais, para ministrarem treinamentos aos servidores dos municípios, referente a parâmetros entomológicos, epidemiológicos, técnico e operacional e gerenciamento visando tomada de decisão em tempo hábil; ● Implementar o sistema e-Visita para os servidores do controle de vetores com a utilização dos dispositivos móveis em 100% dos servidores do controle de vetores dos municípios do Estado; ● Utilizar o Painel/SES de gestão na área de controle de vetores para otimização das informações em tempo real; ● Monitorar os bloqueios de transmissão nos casos notificados de Arboviroses; ● Distribuir aos municípios equipamentos costais motorizados de ULV e também de compressão prévia, conforme necessidade, observando parâmetros epidemiológicos e entomológicos; ● Manter a central de UBV preparada para possíveis intervenções; Disponibilizar EPIs conforme necessidade, operacional de cada município, observando parâmetros de operação; ● Pactuar com os municípios ações de “Mutirão para retirada de depósitos predominantes atendendo resultado do LIRAA/LIA; ● Realizar Supervisão, Assessoria Técnica, e organizar reuniões por videoconferência para os setores de Vigilância e Controle de Vetores dos municípios; ● Fomentar a implantação do Programa “Colaborador Voluntário” em todos os municípios do Estado; ● Realizar para os municípios Capacitações nas áreas de Gerenciamento, Supervisão, Controle Químico, Educação em Saúde e Mobilização Social, Entomologia e Laboratório; ● Fomentar a Integração intersetorial, e Realizar Capacitações em conjunto com Atenção Primária visando Facilitar a Integração das ações; ● Estabelecer parcerias com órgãos ambientais para a identificação e controle de áreas susceptíveis a proliferação do <i>Aedes aegypti</i>; ● Fomentar a criação de ECOPONTOS e destinação adequada de depósitos sujeito a proliferação vetorial; ● Implantar o Comitê de Controle de Arboviroses.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> ● Monitoramento e estudo dos índices entomológicos e epidemiológico visando a realização de planejamento ou pactuação de ações que coíbam a ocorrência ou aumento de casos de Arboviroses para todos os municípios; ● Análise aprofundada dos resultados apresentados pelo LIRAA/LIA e OVITRAMPAS para identificar padrões de dispersão dos vetores nos municípios e áreas de maior vulnerabilidade; ● Monitoramento da qualidade das operações de Campo pelo sistema e-Visita; ● Monitorar utilização de insumos químicos para comparar compatibilidade com tratamentos realizados; ● Realização de chamadas mensais de Vídeos com todos os coordenadores e supervisores dos municípios; ● Intensificação da assessoria técnica e supervisões nos municípios pelos técnicos da CECV/SES; ● Disparo as terças e sextas feiras, da planilha de incidência e calor da GT/CECV/SES para monitoramento da incidência nas últimas 04 (quatro) semanas para, este parâmetro é importante para a realização dos bloqueios de transmissão em tempo hábil; ● Orientação para a intensificação do controle mecânico e ações educativas;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Manutenção prioritária das ações de bloqueio de transmissão em 100% dos casos notificados por ULV costal motorizada; ● Avaliação In Loco da eficácia das aplicações de inseticida pela redução dos índices entomológicos; ● Realização de campanhas educativas intensivas para mobilizar a população a participar das ações de controle; ● Fortalecimento do Comitê de Controle de Arboviroses; ● Estimular os Municípios a desenvolverem as ações de controle de vetores pautados nas Diretrizes Estaduais, Nacionais e Plano de Contingências das Arboviroses; ● Manter as Micro Áreas cobertas e os PEs com visitas regulares conforme preconizado; ● Introdução de peixes larvófagos em corpos d'água em perímetro urbano, segundo análise técnica de viabilidade, para o controle biológico de larvas do <i>Aedes aegypti</i>; ● Fortalecimento das parcerias com órgãos ambientais para a identificação e controle de áreas de risco; ● Intensificação orientações sobre destinação adequada de embalagens de resíduos químicos.
<p style="text-align: center;">Alerta</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Monitoramento de índices entomológicos e epidemiológicos em todos os municípios, com foco em áreas de risco e histórico de transmissão; ● Acompanhamento dos lançamentos dos casos notificados de Arboviroses no SINAN e Planilha de Calor da CECV/SES; ● Manter os setores de controle de vetores dos municípios supridos com equipamentos e insumos estratégicos para eventuais intervenção química; ● Análise semanal dos números de casos notificados, e quantitativo de bloqueios de transmissão realizados; ● Considerar a densidade vetorial e a presença de sorotipos virais; ● Planejamento de operação química com UBV pesado para municípios que apresentarem notificações acima da capacidade operacional do município com ULV portátil; ● Orientar a intensificação das ações de mutirão de limpeza para retirada de depósitos propensos a proliferação vetorial de terrenos baldios, remoção de criadouros de quintais e orientação à população; ● Sugerir a ampliação do monitoramento em fossas e locais de difícil acesso; ● Adoção de uma abordagem integrada, combinando diferentes métodos de controle; ● Disseminação de informações claras e precisas sobre a situação epidemiológica e as medidas de prevenção; ● Envolvimento da população nas ações de controle, através de campanhas educativas e mutirões; ● Utilização dos meios de comunicação para sensibilizar a população e divulgar as informações e mobilizar a população; ● Intensificação da assessoria técnica e supervisões nos municípios pelos técnicos da CECV/SES; ● Ampliação dos parceiros nos Comitês de Controle de Arboviroses; ● Reunião com o Ministério Público para a formalização da implantação do "Colaborador Voluntário nas Comarcas do Estado".
<p style="text-align: center;">Situação de Emergência</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Executar aplicação de inseticidas em larga escala com equipamento de UBV pesado, nos municípios do Estado em situação de epidemia, a partir de localidades mais críticas; ● Manter Central de UBV pesado com operadores que sejam servidores do CECV/SES, para atuarem emergencialmente em todos os municípios do Estado; ● Participar de sala de crise, e definição de novas estratégias; ● Realizar semanalmente vídeo com os coordenadores e supervisores de municípios com em epidemias para pactuar novas ações; ● Disponibilizar UBV pesado (sem operador) e insumos para municípios com capacidade operacional; ● Definir metodologias de intervenção para cada município; ● Mobilização de toda a população para a eliminação de criadouros, com o apoio de equipes especializadas; ● Convocação via sala de situação das Força Armadas e defesa civil; ● Adoção de uma abordagem integrada, combinando diferentes métodos de controle de forma sinérgica;

	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de todos os meios de comunicação para divulgar informações claras e precisas sobre a situação e as medidas de prevenção; • Envolvimento de todas as instituições e da população em geral nas ações de controle; • Criação de um comitê de crise para coordenar as ações de todos os setores envolvidos de forma que tenhamos ações Coordenadas; • Estabelecimento de parcerias com o governo federal e os municípios para troca de informações e mobilização de recursos; • Articulação com outros setores, como Meio Ambiente, a Educação e a Defesa Civil, para a implementação de ações conjuntas.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> • Participar ativamente do Comitê de Crise, para intensificar ainda mais as ações Coordenadas; • Mobilização de profissionais de diversas áreas, Defesa Civil, Atenção Primária, Vigilâncias, Secretarias, ONGS, Forças Armadas, Conselhos, Associações Comunitárias e Clubes de Serviços; • Mobilização de equipamentos, insumos e veículos da Esfera Estadual e Municipal para atender à demanda; • Aumento do orçamento para as ações de controle de vetores; • Manter a aplicação de inseticidas em todas as áreas críticas, utilizando diferentes métodos e produtos; • Mobilização da população e de equipes especializadas para a remoção de criadouros em larga escala; • Ampliação do uso de larvicidas biológicos e soltura de peixes larvófagos em todos os corpos d'água em perímetro urbano, segundo análise técnica de viabilidade; • Adoção de uma abordagem integrada, entre o Ministério da Saúde, Estado e Municípios, combinando diferentes métodos de controle de forma sinérgica; • Fortalecimento da Vigilância Entomológica e Epidemiológica; • Realização de monitoramento diários de Índices Entomo-epidemiológico em todas as áreas críticas; Intervenção química criteriosa em 100% dos casos notificados; • Utilização de sistemas de informação geográfica como OVITRAMPAS e Georreferenciamento para a análise de dados, identificação de áreas de maior risco e tomada de decisões; • Tratativas com o Ministério da Saúde para garantir a disponibilidade de todos os insumos necessários para as operações de controle químico; • Contratação e implantação de equipe específicas para operar junto com o Corpo de Bombeiros em locais de difícil acesso; • Utilização de todos os meios de comunicação para divulgar informações claras e precisas sobre a situação e as medidas de prevenção; • Envolvimento de todas as instituições e da população em geral nas ações de controle através das equipes de Educação em Saúde e Mobilização Social; • Estabelecimento de canais de comunicação eficientes para o esclarecimento de dúvidas e o recebimento de denúncias; • Intensificar a Articulação com outros setores, como, meio ambiente, educação, defesa civil e as forças armadas, para a implementação de ações coordenadas.

9. Vigilância Laboratorial (LACEN)

9.1 Gerência de Biologia Médica (GBM)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas após inundações; • Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis; • Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN/MS; • Viabilizar junto a Coordenação Geral dos Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB) exames complementares não realizados pelo LACEN/MS.

Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> • Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas após inundações; • Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis; • Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN/MS; • Viabilizar junto a Coordenação Geral dos Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB) exames complementares não realizados pelo LACEN/MS.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> • Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas após inundações; • Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis; • Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN/MS; • Viabilizar junto a Coordenação Geral dos Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB) exames complementares não realizados pelo LACEN/MS.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas após inundações; • Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis; • Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN/MS; • Viabilizar junto a Coordenação Geral dos Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB) exames complementares não realizados pelo LACEN/MS; • Viabilizar o recebimento de amostras no LACEN/MS todos os dias, incluindo feriados e finais de semana; • Realizar os exames laboratoriais de doenças transmissíveis que estejam sob monitoramento pós inundação.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> • Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas após inundações; • Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis; • Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN/MS; • Viabilizar junto a Coordenação Geral dos Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB) exames complementares não realizados pelo LACEN/MS; • Viabilizar o recebimento de amostras no LACEN/MS todos os dias, incluindo feriados e finais de semana; • Realizar os exames laboratoriais de doenças transmissíveis que estejam sob monitoramento pós inundação; • Apoiar as ações de coleta e acondicionamento de amostras para análise laboratorial em situação de desastre; • Otimizar o envio de amostras para análise da unidade local ao LACEN em situações de desastre.

9.2 Gerência de Bromatologia e Química (GBQ)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Manter na rotina laboratorial o diagnóstico dos principais produtos sujeitos ao Regime de Vigilância Sanitária e Ambiental, após inundações; • Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de patógenos suspeitos de envolvimento em Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentares (DTHA); • Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de alimentos e água de produtos suspeitos de envolvimento em Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentares (DTHA), para envio ao LACEN/MS; • Viabilizar junto a Coordenação Geral dos Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB) exames complementares não realizados pelo LACEN/MS.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> • Manter na rotina laboratorial o diagnóstico dos principais produtos sujeitos ao Regime de Vigilância Sanitária e Ambiental, após inundações; • Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de patógenos suspeitos de envolvimento em Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentares (DTHA); • Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de alimentos e água de produtos suspeitos de envolvimento em Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentares (DTHA), para envio ao LACEN/MS; • Viabilizar junto a Coordenação Geral dos Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB) exames complementares não realizados pelo LACEN/MS.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> • Manter na rotina laboratorial o diagnóstico dos principais produtos sujeitos ao Regime de Vigilância Sanitária e Ambiental, após inundações; • Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de patógenos suspeitos de envolvimento em Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentares (DTHA); • Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de alimentos e água de produtos suspeitos de envolvimento em Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentares (DTHA), para envio ao LACEN/MS; • Viabilizar junto a Coordenação Geral dos Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB) exames complementares não realizados pelo LACEN/MS.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Manter na rotina laboratorial o diagnóstico dos principais produtos sujeitos ao Regime de Vigilância Sanitária e Ambiental, após inundações; • Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de patógenos suspeitos de envolvimento em Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentares (DTHA); • Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de alimentos e água de produtos suspeitos de envolvimento em Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentares (DTHA), para envio ao LACEN/MS; • Viabilizar junto a Coordenação Geral dos Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB) exames complementares não realizados pelo LACEN/MS; • Viabilizar o recebimento de amostras no LACEN/MS todos os dias, incluindo feriados e finais de semana; • Realizar os exames dos principais produtos sujeitos ao Regime de Vigilância Sanitária e Ambiental, após inundações.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> • Manter na rotina laboratorial o diagnóstico dos principais produtos sujeitos ao Regime de Vigilância Sanitária e Ambiental, após inundações; • Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de patógenos suspeitos de envolvimento em Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentares (DTHA); • Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de alimentos e água de produtos suspeitos de envolvimento em Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentares (DTHA), para envio ao LACEN/MS;

	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar junto a Coordenação Geral dos Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB) exames complementares não realizados pelo LACEN/MS; • Viabilizar o recebimento de amostras no LACEN/MS todos os dias, incluindo feriados e finais de semana; • Realizar os exames dos principais produtos sujeitos ao Regime de Vigilância Sanitária e Ambiental, após inundações; • Apoiar as ações de coleta e acondicionamento de amostras para análise laboratorial em situação de desastre; • Otimizar o envio de amostras para análise da unidade local ao LACEN em situações de desastre.
--	---

9.3 Gerência de Sistema de Informações (GSI)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a configuração dos sistemas e o monitoramento do cadastro das amostras biológicas e produtos sujeitos ao Regime de Vigilância Sanitária, Ambiental e Epidemiológica; • Ofertar treinamentos e orientações para profissionais sobre os sistemas de cadastro; • Atualizar regularmente as configurações dos sistemas de cadastro de amostras e produtos com novos parâmetros de análise e metodologias, garantindo que os laboratórios estejam capacitados para identificar riscos emergentes.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a configuração dos sistemas e o monitoramento do cadastro das amostras biológicas e produtos sujeitos ao Regime de Vigilância Sanitária, Ambiental e Epidemiológica; • Ofertar treinamentos e orientações para profissionais sobre os sistemas de cadastro; • Atualizar regularmente as configurações dos sistemas de cadastro de amostras e produtos com novos parâmetros de análise e metodologias, garantindo que os laboratórios estejam capacitados para identificar riscos emergentes.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a configuração dos sistemas e o monitoramento do cadastro das amostras biológicas e produtos sujeitos ao Regime de Vigilância Sanitária, Ambiental e Epidemiológica; • Ofertar treinamentos e orientações para profissionais sobre os sistemas de cadastro, a fim de garantir prontidão em caso de situação de emergência; • Atualizar regularmente as configurações dos sistemas de cadastro de amostras e produtos com novos parâmetros de análise e metodologias, garantindo que os laboratórios estejam capacitados para o caso de uma situação de emergência.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a configuração dos sistemas e o monitoramento do cadastro das amostras biológicas e produtos sujeitos ao Regime de Vigilância Sanitária, Ambiental e Epidemiológica em períodos de pós inundações; • Ofertar treinamentos e orientações para profissionais sobre os sistemas de cadastro em situação de emergência; • Atualizar regularmente as configurações dos sistemas de cadastro de amostras e produtos com novos parâmetros de análise e metodologias, garantindo que os laboratórios estejam capacitados para enfrentar a situação de emergência.

Crise	<ul style="list-style-type: none"> ● Realizar a configuração dos sistemas e o monitoramento do cadastro das amostras biológicas e produtos sujeitos ao Regime de Vigilância Sanitária, Ambiental e Epidemiológica em períodos pós inundações; ● Ofertar treinamentos e orientações para profissionais sobre os sistemas de cadastro todos os dias, incluindo feriados e finais de semana; ● Atualizar regularmente as configurações dos sistemas de cadastro de amostras e produtos com novos parâmetros de análise e metodologias, garantindo que os laboratórios estejam capacitados para enfrentar a situação de desastre.
--------------	--

B. Superintendência de Relações Intersectoriais

1. Coordenadoria de Atenção Farmacêutica

A preparação para desastres naturais deve ser realizada em diversas frentes no setor saúde. Os desastres impactam a saúde da população, causando traumas físicos e emocionais, doenças agudas, e infecciosas, além de aumentar a morbidade e a mortalidade de doenças crônicas devido às influências no sistema de saúde. Sendo o medicamento uma tecnologia presente em todos os níveis de cuidado em saúde, seu provimento e gestão em caso de desastre é prioritário.

A Assistência Farmacêutica envolve a seleção, o abastecimento e a utilização de medicamentos, sua conservação e a garantia de qualidade, a segurança e a efetividade terapêutica, para assegurar o uso racional.

Por meio da Portaria de Consolidação GM/MS n. 01, de 28 de setembro de 2017, ficou definida a composição do kit de medicamentos e insumos estratégicos a ser encaminhado pelo Ministério da Saúde para a Assistência Farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres de origem natural associados a chuvas, ventos e granizo e define os respectivos fluxos de solicitação e envio.

“Os kits de medicamentos e insumos estratégicos, tem a capacidade de atender até quinhentas pessoas desabrigadas e desalojadas, por um período de três meses, e será formado pelos medicamentos e insumos estratégicos constantes da listagem prevista nos Anexos” - <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-874-de-4-de-maio-de-2021-318280903>

Cabe à Assistência Farmacêutica Estadual:

- Apoio aos municípios atingidos por desastres naturais e articular o envio de kits de medicamentos e insumos estratégicos quando necessário;
- O diagnóstico das necessidades, a garantia do fornecimento dos medicamentos e insumos e a sua distribuição;

- Receber o material disponibilizado pelo Ministério da Saúde e articular a distribuição de forma rápida quando necessário.

C. Superintendência de Atenção Primária à Saúde

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> ● A APS deverá realizar as orientações específicas para os cuidadores quanto à higiene corporal e oral, às mudanças de decúbito, à alimentação e hidratação adequada, aos cuidados com a pele; ● Realizar visita domiciliar periódica pelo ACS e sempre que necessário pelos demais profissionais da equipe, oferecendo suporte técnica e emocional ao acamado e aos familiares; ● A APS deverá trabalhar em rede com outros profissionais de saúde dos demais pontos de atenção para garantir a integralidade da assistência.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> ● Divulgar as orientações necessárias para preparação do domicílio para enfrentamento de alagamentos, enchentes ou inundações; ● Dar conhecimento aos profissionais da equipe e à população do território o plano de contingência; ● Capacitar os profissionais da assistência para o cuidado necessários aos pacientes acamados quanto ao manejo clínico adequado em casos de doenças relacionadas à veiculação hídrica.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> ● Mobilização de recursos adicionais (materiais e humanos), bem como apoio complementar da esfera estadual. ● Orientar aos ACS em alertar os moradores dos domicílios com pessoas acamadas para preparação em casos de enchentes ou inundações e informando os contatos telefônicos em casos de urgência e emergência; ● Articular em conjunto com a área da assistência à saúde das secretarias municipais.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> ● Acionar a defesa civil quando necessário para retirada e abrigo seguro de pessoas acamadas vítimas de enchentes e inundações; ● Manter o atendimento nos serviços de APS, com a infraestrutura necessária (pessoal, medicamentos, insumos); ● Organizar escala de plantão dos profissionais para o atendimento hospitalar e garantir seu cumprimento; ● Levantar necessidade de leitos para o atendimento aos principais agravos; ● Identificar leitos para atendimento em Unidade de Tratamento Intensivo; ● Garantir leitos de retaguarda para pacientes agudos e crônicos; ● Garantir medicamentos e insumos para as principais gravidades; ● Garantir a notificação dos casos de doenças de notificação compulsória; ● Garantir profissionais para os atendimentos emergenciais de gravidade.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> ● Não deve ocorrer restrição de atendimento a qualquer pessoa nas Unidades Básicas de Saúde da APS no SUS por ausência de cadastro prévio nas equipes; ● Prestar atendimento à toda população do seu território, atendendo tanto às necessidades de saúde crônicas, como as agudas; ● No acolhimento, deve-se avaliar o potencial de risco, agravo à saúde e/ou grau de sofrimento da pessoa, considerando dimensões física, psíquica e social, além de critérios de vulnerabilidade e de classificação de risco; ● Atendimentos da demanda programada das condições inerentes ao nível de atenção, tais como: pré-natal (manter a realização da estratificação de risco conforme Guia do Pré-natal na APS e recomendações de manutenção do acompanhante nas consultas, ● Após as águas baixarem, será necessário retirar a lama e desinfetar o local (sempre se protegendo). Lave o chão, paredes e objetos caseiros, desinfetando com água sanitária na proporção de 1 litro de hipoclorito de sódio (2,5%) ou água sanitária para 4 litros de água, deixando agir por 30 minutos.

1. Coordenadoria de Promoção da Saúde

1.1 Gerência de Alimentação e Nutrição

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none">• Promover acesso a alimentos <i>in natura</i>;• Restringir o acesso a alimentos ultraprocessados;• Acompanhar os beneficiários do Programa Bolsa Família;• Realizar as ações do Programa Academia da Saúde;• Incentivar a implementação da dispensação de ferro, ácido fólico e Vitamina A do Programa de Micronutrientes;• Realizar a Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) na Rede de Atenção à Saúde;• Monitorar a Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN), por meio da Triagem para Risco de Insegurança Alimentar na APS (TRIA);• Estabelecer articulação com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/MS), com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/MS), com a Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CIAN/MS) do Conselho Estadual de Saúde (CES) de Mato Grosso do Sul e demais entidades afins.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none">• Acompanhar os informes meteorológicos sobre a previsão do tempo do estado e municípios;• Monitorar alerta e o prognóstico de chuvas intensas e inundação;• Articular com a CAISAN/MS, com o CONSEA/MS, com a CIAN/CES/MS a obtenção de dados sobre as áreas consideradas vulneráveis ao risco de sofrer efeitos frente a um desastre associado à chuvas intensas e inundação, e por consequência risco de InSAN;
Alerta	<ul style="list-style-type: none">• Convocar junto com a Gerência de Alimentação e Nutrição da SES/MS, os membros do Comitê de Monitoramento de Eventos Saúde em Desastre e definir responsabilidades dos atores envolvidos na atuação;• Articular intervenções junto à CAISAN, CONSEA e CIAN;• Intensificar alerta para as SMS sobre eventos em monitoramento.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none">• Compor o COE – Comitê de Operação de Emergência sobre situação de ESP por inundação (necessidades de saúde, dados e informações de doenças e agravos) junto com a Coordenadoria de Emergências em Saúde Pública (CESP);• Alimentar o sistema de informação da área (quando disponível);• Articular com os municípios as ações de saúde nos abrigos e dispositivos afins;• Intensificar as ações de VAN e TRIA;• Preparar/apoiar a elaboração do relatório executivo sobre os impactos das chuvas intensas e inundação na alimentação e nutrição da população;• Acompanhar os dados de doenças relacionadas a chuvas intensas e inundação;• Verificar com demais secretarias, por meio da CAISAN, a possibilidade de fornecimento de água potável para a população;• Verificar com demais secretarias, por meio da CAISAN, a possibilidade de fornecimento de alimentação adequada e saudável, conforme Decreto Presidencial N° 11.936, de 05 de março de 2024;• Articular com a CAISAN, CONSEA e CIAN critérios para oferta de refeições prontas para o consumo.
Crise	<ul style="list-style-type: none">• Participar do COE – Comitê de Operação de Emergência e apresentar a situação de Emergência em Saúde Pública – ESP, levando as demandas de Segurança Alimentar e Nutricional;• Apoiar os municípios nas ações de enfrentamento da Insegurança Alimentar e Nutricional;• Elaborar boletim informativo sobre a situação de ESP em conjunto com outras áreas técnicas, acerca da situação de Segurança Alimentar e Nutricional;

	<ul style="list-style-type: none"> • Articular com CAISAN, CONSEA e CIAN o desenvolvimento de ações necessárias; • Intensificar as atividades de VAN e TRIA; • Avaliar o cenário e dimensionar o recurso adicional (material e humano) necessário no âmbito da InSAN/SAN; • Construir e publicar documento e campanhas direcionado à população com recomendações e alertas. Exemplo: <ul style="list-style-type: none"> ○ Cuidado: Chuvas fortes fazem com que os roedores busquem novos abrigos, o que aumenta o risco de contaminação de alimentos e utensílios pela bactéria <i>Leptospira interrogans</i> ou pelo <i>hantavírus</i>; ○ Atente-se: Menos acesso a alimentos pode aumentar a suscetibilidade humana a infecções e doenças de transmissão vetorial; ○ Alerta: Durante uma enchente, o risco de contato com água poluída aumenta, assim como o risco de ingestão de alimentos contaminados por água parada. ○ Priorize alimentos seguros, higienize frutas, legumes e verduras adequadamente e tenha cuidado com a água, filtrando-a e fervendo ou usando água sanitária; ○ Descarte: Descarte todos os alimentos que tiveram contato com a água da enchente, incluindo alimentos embalados, enlatados e alimentos perecíveis (frutas, legumes, verduras); ○ Alimentos cozidos/refrigerados: Não consuma alimentos cozidos ou refrigerados que ficaram por mais de duas horas fora da geladeira, especialmente carnes, frangos e peixes; Embalagens: Alimentos com embalagem em plástico (garrafas PET, leite em saco, grãos ensacados) que entraram em contato com a água da enchente devem ser descartados; ○ Higienização: Lave cuidadosamente frutas, legumes e verduras com água limpa e sabão, removendo partes danificadas. Utilize solução de água clorada (uma colher de sopa de água sanitária para cada litro de água); ○ Utilize apenas água potável para cozinhar e beber; ○ Se não houver certeza da potabilidade da água, filtre e ferva por 5 minutos, ou utilize solução de água sanitária (2 gotas para cada litro de água) e espere 30 minutos; ○ Lave cuidadosamente todos os utensílios de cozinha e superfícies com água limpa e sabão antes de usar; ○ Mantenha perecíveis (carnes, laticínios, alimentos prontos) sempre refrigerados; ○ Caso falte energia, feche as portas da geladeira/freezer para conservar a temperatura; ○ Priorize frutas que demandem pouca higienização (bananas, laranjas com casca); ○ Opte por alimentos embalados, se disponíveis, e que não tenham contato com água da enchente. ○ Evite o consumo de água de fontes que possam ter sido contaminadas pela inundação. Se não for possível, antes de consumir, análise laboratorial é necessária. • Monitorar o cenário de SAN/InSAN da população atingida, por meio da VAN e TRIA.
--	--

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

1. Grupo de Resgate Técnico Animal Cerrado Pantanal (GRETAP)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões mensais do GRETAP-MS; ● Oferecimento de cursos de capacitação para atuação em situações de emergência; ● Postagens nas mídias sociais; ● Resgate de animais; ● Estabelecimento de parcerias para ampliação das atividades do GRETAP-MS; ● Campanhas de arrecadação de recursos financeiros; ● Campanhas de doação de insumos - doação de insumos alimentares não perecíveis e médicos; ● Licitações e compras de insumos alimentares e médicos; ● Monitoramento do clima; ● Planejamento anual das áreas estratégicas para atendimento e resgate animal em desastres provocados por chuvas intensas - workshop anual GRETAP/MS; ● Elaborar e atualizar protocolos; ● Levantamento de possíveis parceiros no resgate técnico animal; ● Solicitar autorização para resgate de animais selvagens junto aos órgãos competentes - Listagem anual de operacionais; ● Listagem de locais para recebimento e manutenção de animais silvestres e domésticos; ● Análise dos pontos estratégicos para estabelecimento dos Postos Médicos - Veterinário avançados e abrigos.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> ● Levantamento das áreas potencialmente afetadas pelo evento iminente; ● Enviar ofícios para os parceiros - doação de insumos alimentares e médicos; ● Intensificar campanhas de arrecadação de recursos financeiros; ● Campanhas de doação de insumos - doação de insumos alimentares não perecíveis e médicos.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> ● Manter campanhas de arrecadação de recursos financeiros; ● Iniciar recolhimento / recebimento de insumos alimentares (perecíveis); ● Intensificar campanhas de doação de insumos - doação de insumos alimentares não perecíveis e médicos; ● Montar as equipes operacionais; ● Intensificar treinamentos; ● Campanhas de orientação da população sobre os procedimentos ao encontrar animais em situação de risco.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> ● Preenchimento do Formulário de Diagnóstico Inicial: Mapeamento das condições das áreas atingidas e levantamento de necessidades de atuação em resgate /aporte nutricional; ● Operacionalização dos Postos Médicos - Veterinário avançados e dos abrigos; ● Oferecimento de aporte nutricional a animais ilhados fora de áreas de risco; ● Resgate de animais em situação de risco; ● Imunizações e profilaxia de animais atendidos (resgatados e monitorados).
Crise	<ul style="list-style-type: none"> ● Acionamento de parceiros para o resgate técnico animal.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

1. Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none">Fluxo normal de atendimento às ocorrências diárias;Levantamento de dados para estratégias;Aquisição de equipamentos;Elaboração de Planos de operações.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none">Ações de prevenção (Campanhas de orientação quanto a segurança da população no que se refere a chuvas intensas, ventos fortes, desmoronamento e quedas de árvores);Ações em conjunto com outras instituições;Capacitação de efetivo com cursos e treinamentos;Capacitação de público externo (curso, treinamento, orientação, educação infantil...);Manutenção de equipamentos e ferramentas.
Alerta	<ul style="list-style-type: none">Acionamento do plano de operações;Equipes de pronto emprego e sobreaviso são devidamente acionadas;Articulação com outras instituições e ONGs.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none">Todo o efetivo fica à pronto emprego para responder às chamadas de todo e qualquer evento provocado pelas chuvas intensas (alagamentos em residências, quedas de árvores, desmoronamentos entre outros.
Crise	<ul style="list-style-type: none">É solicitado apoio ao Governo Federal, esta situação já está prevista em Planos de Operação elaborados e alinhados durante o período de normalidade.

2. Comando de Policiamento Ambiental (CPAMB)

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none">Dirigir ações preventivas no que tange à fiscalização preventiva de empreendimentos que demandam observações no tocante ao aumento do número de níveis de água em parceria com os órgãos ambientais Estaduais e Municipais licenciadores de tais atividades;Estipular um banco de dados estratégicos visando mapear tais empreendimentos e elaboração de possível protocolo de enfrentamento às problemáticas que poderão emergir em caso de excesso de precipitações no Estado;Montar comissões junto aos órgãos municipais, estaduais para deliberações preventivas acerca de desastres envolvendo as precipitações em excesso no Estado e possíveis formas de otimização de enfrentamento, quantificando necessidades logísticas, de pessoal e apoio técnico especializado.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none">Convocação prévia de lançamento das comissões de intervenção em evento crítico, nomeação de diretorias, coordenação e definição das instituições integrantes e estipulação das funções.Definidas as funções, informar ao Grande Comando Correspondente para reporte ao Comando Geral da Instituição acerca do papel a ser assumido pela PMA em caso de situações que demandem a pronta intervenção de aporte logístico;Consequente publicação em Diário Oficial do que fora decidido em comissão e demais peculiaridades que envolvem instituição como um todo durante o evento crítico;Estimativa de Gastos e necessidades.

Alerta	<ul style="list-style-type: none"> Situação de Pronto emprego e identificação da problemática no que tange à localidade atingida, dimensão do dano e necessidades logísticas necessárias ao enfrentamento da situação; Convocação em caráter de relevante importância para definição das necessidades logísticas e apoio técnico especializado de cada instituição ou órgão competente; Composição prévia da equipe de campo inclusive com a designação de um oficial para ponto focal e coordenação das equipes que atuarão in loco, como canal de comunicação direta com o grande comando acerca das condições e progressão das atividades concernentes à missão desempenhada; Prontidão das equipes de campo.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> Convocação presencial da comissão com todos os focais da instituição para compor o gabinete de crise estando a composição já devidamente configurada e as equipes já definidas para início da missão; Esperar a autorização do senhor Governador do Estado por intermédio do Cmd. Geral para a competente intervenção no evento crítico; Assunção das funções relacionadas ao trajeto, segurança e desempenho das equipes multidisciplinares na missão desempenhada além da coordenação geral da missão, atuando como provedor de aporte logístico, de pessoal e de conhecimento de terreno, possuindo em relação à missão, precedência na tomada de decisão e direcionamento das equipes.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> Execução propriamente dita com um focal em campo responsável pela supervisão da execução in loco e outro oficial no gabinete de crise o qual reportará as dificuldades encontradas por meio do repasse do focal a este e consequente repasse das informações ao Comandante Geral da instituição para alinhamento das ações; Atualização cada 12 horas da situação de enfrentamento e aporte aos que forem diretamente afetados onde, em virtude da dinâmica dos fatos, poderá haver a necessidade de adequação logística e de pessoal, devendo ser repassado ao focal do gabinete de crise; Subsídio do CEMTEC às equipes de campo no que tange às condições meteorológicas devendo ter um representante deste no gabinete de crise; Rescaldo, avaliação dos danos, normalização das circunstâncias e adoção nas medidas cabíveis posteriores (autos de infração, relatórios circunstanciados entre outras medidas); Avaliação dos riscos, dificuldades e prestação de contas por meio de uma convocação do gabinete de crise posterior para adequações e ajustes futuros.

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA

1. Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil

Estágio	Ações
Normalidade	<ul style="list-style-type: none"> Levantar dados para definir estratégias e Planos de Trabalho; Estruturar a Defesa Civil Estadual relacionada aos riscos associados aos desastres; Adquirir materiais, equipamentos e veículos; Acompanhar as previsões meteorológicas e hidrológicas; Monitorar e detectar os níveis hidrológicos e pluviais; Confeccionar o(s) Plano(s) de Trabalho para responder aos desastres; Treinar e capacitar Agentes Voluntários em Defesa Civil - AVDC; Cadastrar telefones e pessoas para o recebimento de alertas; Participar do Centro Integrado de Coordenação Estadual – CICOE/PMIF/MS; Conscientizar a população; Realizar educação ambiental; Identificar os riscos associados às áreas consideradas vulneráveis; Participar da elaboração do Plano de Contingência Estadual para Desastres juntamente com a SES.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> Atender as demandas de Defesa Civil encaminhadas pelos municípios; Ações de prevenção: realizar cursos, palestras, seminários e campanhas educativas Ações em conjunto com outras instituições;

	<ul style="list-style-type: none"> Realizar levantamentos de áreas susceptíveis a enchentes e chuvas intensas e suas consequências.
Alerta	<ul style="list-style-type: none"> Auxiliar a Decretação de “Estado de Emergência Ambiental”; Auxiliar a Decretação de “Situação de Emergência” codificado como Chuvas Intensas; Emitir alertas para a população, via mensagens de SMS; Articular com a CVSAT para possível ESP; Manter equipes de serviço para atendimento aos desastres.
Situação de Emergência	<ul style="list-style-type: none"> Confeccionar Registro do Desastre na plataforma S2ID; Confeccionar o Plano de Trabalho na plataforma S2ID; Executar o Plano de Trabalho de acordo com as metas.
Crise	<ul style="list-style-type: none"> Convocar os Agentes Voluntários em Defesa Civil – AVDC para respostas aos desastres; Fornecer combustível para as aeronaves, viaturas, barcos e equipamentos empenhados nas ações de chuvas intensas; Fornecer alimentação (café da manhã, almoço e jantar) para o efetivo envolvido nas respostas aos desastres; Fornecer embarcações para transporte pluvial de pessoas, materiais e equipamentos; Fornecer hospedagem aos envolvidos nas operações de enfrentamento aos desastres; Fornecer veículos para transporte de pessoal (ônibus, micro-ônibus, vans e caminhonetes); Promover ajuda humanitária às famílias afetadas, como ribeirinhos, indígenas, entre outros (água potável, cestas básicas, kit dormitório, kit idoso, kit infantil, kit higiene e kit limpeza).

COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

A comunicação em saúde constitui uma das estratégias centrais para a efetividade das ações previstas neste plano de contingência, especialmente em contextos de emergência provocados por chuvas intensas. Em cenários de inundações, enxurradas e alagamentos, a difusão de informações corretas, tempestivas e acessíveis é essencial para orientar a população, reduzir riscos à saúde e garantir uma resposta coordenada entre os diferentes setores envolvidos.

A abordagem adotada baseia-se no princípio da transparência e acessibilidade, considerando as especificidades culturais, linguísticas e sociais das populações atingidas, incluindo comunidades indígenas, ribeirinhas, urbanas periféricas e quilombolas. As mensagens serão elaboradas com linguagem clara e adaptada à realidade local, evitando termos técnicos e promovendo o engajamento ativo da comunidade.

As estratégias de comunicação envolverão:

- Campanhas educativas multicanais, com conteúdo sobre prevenção de doenças de veiculação hídrica, uso seguro da água, manejo adequado de resíduos, higiene pessoal e ambiental, cuidados com alimentos, prevenção de acidentes e de doenças zoonóticas;

- Utilização de rádios comunitárias, carros de som, redes sociais, grupos de WhatsApp, TV e parcerias com lideranças locais, garantindo a ampla disseminação das informações e a escuta ativa das demandas da população;
- Material impresso e audiovisual direcionado para diferentes faixas etárias e públicos, com foco especial em crianças, idosos e pessoas com deficiência, assegurando inclusão e equidade;
- Alertas de risco e avisos preventivos, integrados com os boletins meteorológicos e hidrológicos, emitidos em tempo real pelas autoridades competentes e repassados às comunidades por canais confiáveis;
- Ações de mobilização social por meio de agentes comunitários de saúde, profissionais da atenção primária, lideranças comunitárias e equipes da vigilância em saúde, reforçando os comportamentos protetivos e facilitando o acesso a serviços.

A comunicação em saúde, neste plano, será estruturada para promover não apenas a transmissão de informação, mas também a formação de redes de apoio, o fortalecimento do senso de corresponsabilidade social e o estímulo ao protagonismo comunitário na resposta aos desastres. A articulação com a educação em saúde, com foco na preparação e resiliência, contribuirá para minimizar os danos à saúde coletiva, ambiental e animal, alinhando-se à abordagem integrada de Saúde Única.

► 6 Considerações finais

O Plano de Contingência para Desastres Provocados por Chuvas Intensas no Estado de Mato Grosso do Sul apresenta uma abordagem abrangente e integrada para enfrentar os desafios impostos por eventos hidrológicos extremos. Estruturado com base nos princípios da Saúde Única, o plano reconhece a interconexão entre saúde humana, animal e ambiental, proporcionando uma perspectiva holística para a mitigação dos impactos de desastres.

Ao longo do documento, foram detalhadas diretrizes que priorizam a prevenção, a preparação e a resposta rápida a situações de emergência, com foco na proteção das populações vulneráveis e no fortalecimento das infraestruturas de saúde. A implementação de estratégias específicas, como o mapeamento de áreas de risco, a mobilização

intersectorial e o monitoramento contínuo de indicadores ambientais e de saúde, reforça a capacidade do estado em lidar com situações de crise.

Além disso, o plano destaca a importância da colaboração multissetorial e do engajamento comunitário como pilares essenciais para garantir a efetividade das ações e a sustentabilidade das soluções adotadas. A adaptação constante às mudanças climáticas e às condições regionais é fundamental para assegurar que as medidas sejam eficazes e alinhadas às necessidades locais.

Ademais, este plano representa um marco no enfrentamento de desastres naturais no Mato Grosso do Sul, promovendo a resiliência das comunidades e a preservação do equilíbrio ecológico. Ele reforça o compromisso do estado em proteger a saúde pública, os ecossistemas e o bem-estar da população, contribuindo para um futuro mais seguro e sustentável.

► 7 Referências

ALLAN, R. P. et al. Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Summary for Policymakers. In: CLIMATE CHANGE 2021: THE PHYSICAL SCIENCE BASIS. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, 2023. p. 3-32.

ALHO, C. J. R. Biodiversidade das savanas do Cerrado: impacto e desafios da conservação. Ecologia e desenvolvimento sustentável, Brasília: UNB, 2008.

ALHO, C. J. R.; SABINO, J. Sistemas ecológicos do Pantanal: o desafio para a conservação. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2012.

ALHO, C. J. R.; CAMARGO, G. Revisão sobre impactos ambientais das mudanças climáticas no Pantanal. Natureza & Conservação, v. 18, n. 1, p. 36-49, 2020.

BRASIL. CEMADEN. Nota Técnica nº 1/2023/SADJ-VI/SAM/CC/PR. Disponível em: <https://educacao.cemaden.gov.br/midiатеca/nota-tecnica-no-1-2023-sadj-vi-sam-cc-pr/>. Acesso em 10 set. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia para Elaboração de Planos de Contingência. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/emergencia-em-saude-publica/guia-para-elaboracao-de-planos-de-contingencia>. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plano de Contingência para Emergência em Saúde Pública por Inundação: 2ª edição. 2014. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_contingencia_saude_publica_inundacao.pdf.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância em Saúde Ambiental Associada aos Desastres de Origem Natural (Vigidesastres). 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/saude-ambiental/vigidesastres>. Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES; IPT – INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios. Brasília: MCidades; IPT, 2007.

COBRADE. Classificação e Codificação Brasileira de Desastres. 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec/DOCU_cobra2.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

CONRAD, P. A.; MEEK, L. A.; DUMIT, J. Operationalizing a One Health approach to global health challenges. *Comparative Immunology, Microbiology and Infectious Diseases*, v. 36, n. 3, p. 211-216, 2013.

DI GUARDO, G. Flood-Associated, Land-to-Sea Pathogens' Transfer: A One Health Perspective. *Pathogens*, v. 12, n. 11, p. 1348, 2023.

FREITAS, C. M.; XIMENES, E. F. Enchentes e saúde pública: uma questão na literatura científica recente das causas, consequências e respostas para prevenção e mitigação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1601–1616, jun. 2012.

FREITAS, C.M et al. Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 3645-3656, 2014.

GARCIA, S.N.; OSBURN, B.I.; JAY-RUSSELL, M.T. One health for food safety, food security, and sustainable food production. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, v. 4, p. 1, 2020.

HARRIS, M. B. et al. Safeguarding the Pantanal wetlands: threats and conservation initiatives. *Conservation Biology*, v. 19, n. 3, p. 714-720, 2005.

JATO-ESPINO, D et al. Toward One Health: a spatial indicator system to model the facilitation of the spread of zoonotic diseases. *Frontiers in Public Health*, v11, p1215574, 2023.

KEMMER, E.E.; WEBER, F.; BASEGGIO, G.; LEAO, T.; AMTHAUER, C. Vigidesastres: programa de vigilância em saúde ambiental relacionada aos riscos decorrentes dos desastres naturais. *Anuário Pesquisa E Extensão Unoesc Joaçaba*, v7, e30612.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Biomas brasileiros: Pantanal. Brasília: MMA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecosistemas/biomas/pantanal>. Acesso em: 10 mai. 2025.

MORAES, J. A. et al. Indicadores de conservação da biodiversidade no Pantanal: diagnóstico e perspectivas. *Biodiversidade Brasileira*, v. 7, n. 1, p. 26–40, 2017.

PADOVANI, C. R. et al. Dinâmica de uso e cobertura da terra no Pantanal: análise temporal e espacial. *Corumbá: Embrapa Pantanal*, 2004.

PARIZZI, M.G. Panorama dos desastres climatológicos, hidrológicos, meteorológicos e geológicos durante o período de 2010–2019. *Derbyana*, v43, 2022.

RENTSCHLER, J.; SALHAB, M.; JAFINO, B. A. Flood exposure and poverty in 188 countries. *Nature communications*, v13, n1, p3527, 2022.

SILVA, D. B. R. et al. Vulnerabilidade socioambiental no Pantanal diante de eventos extremos: uma abordagem integrada. *Revista NERA*, v. 24, n. 52, p. 1-25, 2021.

TOMAS, W. M. et al. *Plano de ação nacional para conservação dos grandes vertebrados do Pantanal*. Brasília: ICMBio, 2019.

TOPLUOGLU, S.; TAYLAN-OZKAN, A.; ALP, E. Impact of wars and natural disasters on emerging and re-emerging infectious diseases. *Frontiers in Public Health*, v11, p1215929, 2023.

UNESCO. *The Pantanal: World Heritage Site and Biosphere Reserve*. Paris: UNESCO, 2000.

VENTURA, D. F. L. et al. Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. *Cadernos de Saúde Pública*, v36, p.e 00040620, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. *One Health Joint Plan of Action, 2022–2026: Working together for the health of humans, animals, plants and the environment*. Food & Agriculture Org., 2022.

ZANELLA, J. R. C. Zoonoses emergentes e reemergentes e sua importância para saúde e produção animal. *Pesquisa agropecuária brasileira*, v51, p510-519, 2016.